

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO
CAMPUS SÃO BERNARDO**

SAMUEL NASCIMENTO DE GOIS

**OS ESPAÇOS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO, MARANHÃO,
SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE LOCAL**



São Bernardo - MA

2021

SAMUEL NASCIMENTO DE GOIS

**OS ESPAÇOS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO, MARANHÃO,
SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE LOCAL**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Maranhão, campus de São Bernardo, para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Me Karoliny Diniz Carvalho

São Bernardo - MA

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Nascimento de Gois, Samuel.

Os espaços de lazer do município de São Bernardo sob a
ótica da comunidade local / Samuel Nascimento de Gois. -
2021.

102 p.

Orientador(a): Karoliny Diniz Carvalho.

Monografia (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade
Federal do Maranhão, São Bernardo - MA, 2021.

1. Comunidade Local. 2. Espaços de Lazer. 3.
Políticas Públicas. 4. São Bernardo - MA. 5. Turismo. I.
Diniz Carvalho, Karoliny. II. Título.

SAMUEL NASCIMENTO DE GOIS

**OS ESPAÇOS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO, MARANHÃO,
SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE LOCAL**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Maranhão, campus de São Bernardo, para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Me Karoliny Diniz Carvalho

Aprovada em: ____|____|_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma Karoliny Diniz Carvalho (Orientadora)

Mestre em Cultura e Turismo

Universidade Federal do Maranhão – Campus São Bernardo

Prof.^a Dr.^a Tatiana Colasante

Doutora em Geografia (Organização do Espaço)

Universidade Federal do Maranhão – Campus São Bernardo

Prof.^aMa. Mayara Maia Ibiapina

Mestra em Sociologia

Universidade Federal do Maranhão – Campus São Bernardo



Dedico esta monografia as minhas mães Maria Izabel e Erika Helena, pelo exemplo de garra, coragem e que com muito carinho me ensinam que a justiça e a fé movem montanhas, e aos meus irmãos Isaac, Isabela e Lucas por contribuírem para que a minha vida seja mais completa e colorida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me ajudar nessa jornada que por aqui finaliza, por nunca tirar minhas forças na hora que eu pensava em desistir e por sempre me mostrar o caminho ao futuro.

Agradeço aos meus pais Maria Izabel e Chico de Gois por me ensinarem o valor da vida e por nunca desistirem de mim e se estou aqui hoje é por causa deles principalmente. Aos meus pais Erika Helena e Josué, eu deixo os meus mais puros agradecimentos e emocionado ratifico o quanto vocês me fizeram ser o que sou hoje, e nunca deixaram de guiar pelo caminho da vida. Sou a pessoa mais completa, por vocês.

Agradeço a minha Vó Cecilia, pelo exemplo de mulher, mãe e avó e por me mostrar que o amor transforma nações e que a força do abraço acalma oceanos enfurecidos.

Agradeço aos meus tios Ester e Ribamar Junior pelo carinho e amor, por sempre estarem juntos e preparados para ajudar a família, e mostrar que tios podem sim ser pais com açúcar. Amo vocês!

Ao Lucas (Luquinha) deixo a mensagem que no final de cada batalha tem uma vitória à sua espera e agradeço pelo seu amor, meu irmão. A Samara agradeço pelo amor, carinho e pela irmandade que criamos no decorrer de nossas vidas, te amo irmã.

Aos meus amigos, e em especial Alanny, Karol, Bernardo, Harrison, Breno, Renata, CDA e aos demais que será impossível citar todos, deixo o meu agradecimento por cada palavra de incentivo, por cada abraço, por cada sorriso, por cada carona, por cada favor, por cada momento pelo lanche, pelo carinho e por me aguentarem nos momentos de estresse.

Agradeço aos meus professores pela força e pelos ensinamentos durante esses anos de curso, e saibam que levarei um pouco de cada a diante. Em especial agradeço a minha orientadora Prf^a Ma. Karoliny Diniz Carvalho por todo conhecimento e a confiança em mim depositado.

E por fim, agradeço as duas pessoas que fazem meu mundo sorrir e ser mais colorido. As duas pessoas que estarão em cada momento da minha vida, seja ele bom ou ruim. As duas pessoas que só por estar perto eu me sinto a pessoa mais feliz do mundo e que essa vitória não é só minha, é deles, para eles e por eles. Agradeço a vocês, meus irmãos, Isaac e Isabela, por encherem meu coração de amor, carinho e alegria e por me fazer a pessoa mais completa do mundo, eu amo vocês.



“Se você está perdendo o seu lazer, cuidado!
Você pode estar perdendo a sua alma.”
(Virgínia Woolf)

RESUMO

O lazer enquanto fenômeno sociocultural e direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988 propicia aos diversos grupos sociais desenvolverem os seus aspectos cognitivos, emocionais, sociais e afetivos. Nesse contexto, os espaços de lazer promovem o convívio social e contribuem para a valorização dos aspectos materiais e simbólicos de uma cidade e no âmbito do turismo podem transformar-se em atrativos, promovendo a cidade como local de fruição, contemplação e trocas culturais, desde que atrelado ao planejamento urbano e à participação da comunidade local. Com base nesses pressupostos, este trabalho possui como objetivo principal conhecer a opinião dos moradores do município de São Bernardo, Maranhão, sobre os espaços públicos de lazer. Busca compreender o lazer como direito social e a sua relação com o turismo; caracterizar os espaços de lazer da comunidade bernardense, identificando as diversas formas de uso e apropriação pelos moradores e identificar a visão da comunidade local sobre o lazer, relacionando-o com o espaço urbano e o turismo. A estratégia metodológica adotada para atingir os objetivos da pesquisa foi a investigação quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. A perspectiva teórica do estudo tomou como referência autores que compreendem o universo do lazer como uma dimensão da cultura vivenciada que propicia o desenvolvimento pessoal e coletivo (MARCELLINO, 2008; GOMES, 2008); na interface turismo, lazer e espaço urbano apoiou-se nas ideias de Panosso Neto (2013), Farias e Meguis (2015), Santos (2016), dentre outros. No cerne das políticas públicas de lazer a pesquisa fundamentou-se em Teixeira (2002), Hecktheuer *et. al* (2009) e Soares Neto (2018), que tratam da importância do lazer como direito social. Na pesquisa de campo realizou-se o levantamento de dados (*survey*) junto aos moradores. Inicialmente, a coleta das informações foi realizada de modo presencial no período de fevereiro a março de 2021; em função da pandemia do Covid-19, o instrumental foi adaptado também para o ambiente virtual, sendo disponibilizado nas redes sociais *instagram*, *facebook* e *WhatsApp* a fim de atingir um maior número de respondentes, totalizando 170 questionários. As informações foram sistematizadas e analisadas com o uso da planilha Excel e do método estatístico descritivo. Utilizou-se ainda a observação incorporada com vistas a caracterizar os espaços de lazer. Os resultados da pesquisa demonstraram que os moradores possuem uma visão restrita sobre o lazer e apesar da sensação de medo e de insegurança, a maioria dos informantes apropriam-se dos espaços públicos de lazer para desempenhar atividades de cunho social e cultural. Constatou-se que os moradores entrevistados não possuem laços de afetividade em relação ao patrimônio urbano e não reconhecem o seu potencial turístico. Assim, faz-se necessário projetos e ações de educação patrimonial, maior articulação entre o planejamento urbano e o planejamento turístico e políticas públicas de lazer sistemáticas com vistas a ao desenvolvimento pessoal e a integração comunitária.

Palavras-chave: Espaços de lazer. Turismo. Políticas públicas. Comunidade local. São Bernardo/MA.

ABSTRACT

Leisure as a sociocultural phenomenon and a social right ensured by the Federal Constitution of 1988 enables the various social groups to develop their cognitive, emotional, social and affective aspects. In this context, leisure spaces promote social interaction and contribute to the appreciation of material and symbolic aspects of a city and, in the tourism context, they can become attractions, promoting the city as a place of enjoyment, contemplation and cultural exchanges, provided that they are linked to urban planning and the participation of the local community. Based on these assumptions, this work has as its main objective to know the opinion of the residents of the city of São Bernardo, Maranhão, about the public spaces for leisure. It seeks to understand leisure as a social right and its relationship with tourism; to characterize the leisure spaces of the São Bernardo community, identifying the various forms of use and appropriation by the residents and to identify the vision of the local community about leisure, relating it to urban space and tourism. The methodological strategy adopted to achieve the research objectives was the quali-quantitative research, of exploratory and descriptive nature, by means of bibliographic and field research. The theoretical perspective of the study took as reference authors who understand the universe of leisure as a dimension of experienced culture that provides personal and collective development (MARCELLINO, 2008; GOMES, 2008); in the interface tourism, leisure and urban space was supported on the ideas of Panosso Neto (2013), Farias and Meguis (2015), Santos (2016), among others. At the core of public policies for leisure, the research was based on Teixeira (2002), Hecktheuer *et. al* (2009) and Soares Neto (2018) who deal with the importance of leisure as a social right. In the field research, a survey was conducted with the residents. Initially, the collection of information was conducted face-to-face in the period from February to March 2021; due to the Covid-19 pandemic, the instrument was also adapted for the virtual environment, being available on the social networks instagram, facebook and WhatsApp in order to reach a greater number of respondents, totaling 170 questionnaires. The information was systematized and analyzed using an Excel spreadsheet and the descriptive statistical method. It was also used the observation incorporated in order to characterize the leisure spaces. The results of the research showed that the residents have a restricted view of leisure and despite the feeling of fear and insecurity, most of the informants take advantage of public leisure spaces to perform social and cultural activities. It was found that the interviewed residents do not have affective ties in relation to the urban heritage and do not recognize its tourist potential. Thus, heritage education projects and actions are necessary, as well as greater articulation between urban planning and tourism planning in order to develop systematic leisure public policies aimed at personal development and community integration.

Keywords: Leisure spaces. Tourism. Public policies. Local community. São Bernardo/MA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária	58
Gráfico 2 – Sexo	58
Gráfico 3 – Escolaridade	59
Gráfico 4 – Renda familiar.....	59
Gráfico 5 – Profissão.....	60
Gráfico 6 – Tempo de moradia.....	61
Gráfico 7 – Atividades realizadas no tempo livre.....	63
Gráfico 8 – Existência de espaços de lazer no município.....	64
Gráfico 9 – Convivência nos espaços públicos	65
Gráfico 10 – Os espaços públicos de lazer retratam a história da cidade?.....	66
Gráfico 11 – Importância da realização de eventos e projetos de lazer.....	67
Gráfico 12 – Existência de potencial turístico dos espaços públicos	67
Gráfico 13 – Uso dos espaços públicos para o lazer.....	69
Gráfico 14 – Motivos para não frequentar os espaços de lazer.....	70
Gráfico 15 – Principal espaço de lazer frequentado	71
Gráfico 16 – Frequência da utilização do espaço de lazer	72
Gráfico 17 – Atividades realizadas nos espaços de lazer.....	73
Gráfico 18 – Razões para frequentar o espaço de lazer	74
Gráfico 19 – Com quem você costuma frequentar este espaço?	75
Gráfico 20 – Avaliação dos espaços de lazer.....	76
Gráfico 21 – Existência de políticas públicas para o lazer na cidade.....	78
Gráfico 22 – participação em algum projeto/ação/atividade de lazer promovida pelo setor público.....	79
Gráfico 23 – Equipamentos/espaços/projetos/ações de lazer para a comunidade ...	80
Gráfico 24 – Espaços de lazer a serem utilizados pelo turismo no município.....	81

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O LAZER COMO DIREITO SOCIAL	16
2.1	A Revolução Industrial e o início dos direitos trabalhistas	22
2.2	Lazer como direito social conquistado pelos trabalhadores	28
3	A INTERFACE LAZER E TURISMO	33
3.1	A relação entre turismo e lazer	36
3.2	Espaço urbano X atividade turística	40
3.3	As políticas públicas de lazer	46
4	OS ESPAÇOS DE LAZER SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE LOCAL	52
4.1	Caracterização da área de estudo	52
4.1.1	Os espaços de lazer de São Bernardo	53
4.2	A opinião da comunidade sobre os espaços de lazer	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE A	94
	APÊNDICE B	99

1 INTRODUÇÃO

As cidades constituem um sistema integrado e complexo de rupturas e continuidades, mudanças e transformações (LEFEBVRE, 2000; SANTOS, 2006). No âmbito do lazer, os espaços urbanos e seus elementos constituintes transformam-se em locais de interação, sociabilidade, conflitos e tensões. Nesse contexto, as práticas de lazer redefinem os usos e os significados do patrimônio urbano, oportunizando o conhecimento sobre a diversidade de formas de expressão concreta e simbólica dos processos socioculturais, políticos e econômicos de uma determinada sociedade.

O lazer sempre esteve presente nas sociedades, mas a sua importância aconteceu após a Revolução Industrial, no qual ocorreu uma separação nítida entre as esferas de trabalho e do lazer com a construção do tempo livre. A importância do lazer como fenômeno sociocultural reside no fato dele oportunizar benefícios para os grupos sociais, dentre os quais se destacam o combate ao estresse, colaborando na manutenção da saúde, ampliação do aprendizado e intercâmbio cultural.

Além de se constituir um elemento da dinâmica social, o lazer faz parte do universo das motivações turísticas. O turismo cultural e o turismo urbano, por exemplo, são segmentos que utilizam as expressões comunitárias – tradições religiosas, manifestações artísticas, patrimônio urbano e imaterial – para a estruturação de ofertas baseadas na evasão, na ludicidade, na criatividade e no entretenimento. Essas experiências estão contempladas de modo transversal no universo dinâmico e polissêmico do lazer. Sendo assim, a dinâmica socioespacial das cidades atrai grupos de visitantes interessados em vivenciar situações de intercâmbio cultural, educação e aprendizado.

A interface entre lazer e turismo nos espaços urbanos acentua as discussões em torno das políticas públicas de lazer e da necessidade de democratização do acesso aos diversos segmentos sociais. Tendo em vista o lazer como direito social, bem como a importância das vivências no tempo livre para a integração social, para o bem estar individual e coletivo e para a qualidade de vida de uma determinada comunidade, o foco de interesse consistiu em conhecer a opinião da comunidade sobre os espaços de lazer no município de São Bernardo, Maranhão.

Para tanto, fez-se necessário percorrer objetivos específicos para elucidar a problemática proposta, os quais foram definidos da seguinte maneira: a) compreender o lazer como direito social e a sua relação com o turismo; b) caracterizar os espaços de lazer da comunidade bernardense, identificando as diversas formas de uso e apropriação pelos moradores e c) identificar a visão da comunidade local sobre o lazer, relacionando-o com o espaço urbano e turismo.

Devido à natureza do problema de pesquisa e dos objetivos que pretendíamos atingir, optou-se por desenvolver uma abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratório e descritiva. Tal abordagem direciona o pesquisador a interpretar as informações quantitativas e os dados qualitativos através de observações, interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos entrevistados (KNECHTEL, 2014). No percurso teórico-metodológico, fez-se uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo como procedimentos operacionais (Figura 1).

Figura 1- Procedimentos metodológicos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A perspectiva teórica do estudo tomou como referência autores que compreendem o universo do lazer como uma dimensão da cultura vivenciada que propicia o desenvolvimento pessoal e coletivo (MARCELLINO, 2008; GOMES, 2008); na interface turismo, lazer e espaço urbano a pesquisa apoiou-se nas ideias de Panosso Neto (2013), Farias e Meguis (2015), Santos (2016), dentre outros. No cerne das políticas públicas de lazer, fundamentou-se em Teixeira (2002), Hecktheuer *et. al* (2009) e Soares Neto (2018), os quais tratam da importância do lazer como direito social.

Para atender ao objetivo de conhecer a opinião da comunidade sobre o lazer e suas práticas no tempo livre realizou-se uma pesquisa de campo por meio do levantamento de opinião (*survey*). Inicialmente a coleta de dados foi realizada de modo presencial no período de fevereiro a março de 2021 por meio da aplicação de questionários junto aos moradores da cidade. O instrumental foi composto por 14 questões abertas e fechadas, as quais tinham como objetivo conhecer a visão dos informantes sobre o lazer, identificar as vivências de lazer no espaço urbano, a avaliação dos espaços pela comunidade e o seu potencial para a atividade turística, dentre outros questionamentos (APÊNDICE A).

A amostra da pesquisa foi definida no decorrer do estudo de forma aleatória, ou seja, participaram da pesquisa os sujeitos que se voluntariaram a contribuir com os seus objetivos. Em função da pandemia do Covid-19, o instrumental foi adaptado também para o ambiente virtual, sendo disponibilizado nas redes sociais *instagram*, *facebook* e *WhatsApp* a fim de atingir um maior número de respondentes, totalizando, assim, 170 questionários. As informações foram sistematizadas e analisadas com o uso da planilha Excel e do método estatístico descritivo.

Para caracterizar os espaços de lazer utilizou-se a observação a qual, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), consiste numa das técnicas mais utilizadas nas pesquisas qualitativas. Adotamos a perspectiva de Alcântara (2008) que considera o aspecto relacional e dialógico da prática de observar cientificamente, uma vez que as subjetividades do pesquisador também se fazem presentes nas reflexões e nas suas inferências em relação ao cenário observado. Desse modo:

Na *Observação Incorporada*, o observador se transforma a um só tempo em ator e roteirista do observar ao relatar sua experiência, consciente de sua influência nos resultados e no significado da observação. Busca integrar a experiência vivenciada pelos diversos e diferenciados atores dando ênfase ao significado, à linguagem, à intencionalidade, ao agenciamento e à reflexão (ALCÂNTARA, 2008, p.61, grifo da autora).

As observações dos espaços de lazer ocorreram nos turnos matutino, vespertino e noturno e contou com um roteiro de observação para direcionar o olhar para as especificidades de cada local avaliado. O roteiro de observação foi elaborado tendo em vistas as seguintes categorias: aspectos físicos dos espaços de lazer, grau de conservação, usos e apropriações pela comunidade (APÊNDICE B).

As informações coletadas na fase de campo foram analisadas e discutidas tendo em vista o referencial teórico do estudo com o objetivo de possibilitar uma visão ampla sobre o problema de pesquisa. Mediante dos dados quantitativos e qualitativos “[..] busca-se comparar diferentes facetas da realidade para ter uma melhor compreensão das características e fatores constituintes de determinado fenômeno social (SANTOS, 2009, p.146-147).

Com vistas a desenvolver o tema proposto, a monografia encontra-se sumarizada em capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O lazer como direito social” apresenta uma breve contextualização histórica sobre a emergência do lazer nas sociedades modernas e industriais, apresenta os conceitos sobre lazer na visão dos principais pesquisadores da área. Na sequência, o segundo capítulo “A interface entre lazer e turismo” reflete sobre as aproximações e distanciamentos entre estes dois fenômenos, culminando numa discussão sobre espaço urbano e turismo e as políticas públicas de lazer.

Posteriormente, apresentam-se os espaços de lazer do município de São Bernardo, Maranhão, e a visão dos moradores sobre o lazer e sua importância, os usos e apropriações do espaço urbano pela comunidade, bem como o seu potencial para o turismo. Nas Considerações Finais realiza-se uma síntese do trabalho realizado.

Espera-se ampliar os debates e as reflexões acerca do lazer na vida de uma comunidade e que a gestão pública em parceria com a gestão privada possa redirecionar o olhar sobre o espaço urbano, entendendo-o como *lócus* onde a vida se desenrola de forma dinâmica e particular: circulação de bens, serviços, festas e tradições, lazer, história e memória são algumas características que singularizam as

idades e devem ser consideradas no âmbito das políticas públicas de lazer. Ao longo prazo, tenciona-se ampliar o diálogo entre o patrimônio urbano, as práticas de lazer e o turismo na perspectiva do desenvolvimento local.

2 O LAZER COMO DIREITO SOCIAL

O lazer é um fenômeno social que permite aos grupos sociais exercerem atividades prazerosas nos momentos de não trabalho, o que contribui não apenas para o revigoramento psicológico e para a qualidade de vida, mas para o desenvolvimento humano em múltiplos aspectos: cognitivo, emocional, social. Por ser um direito assegurado em lei¹, as práticas de lazer também refletem o modo como as diferentes sociedades ao longo do tempo organizaram as suas atividades econômicas e compreenderam as noções de ócio, trabalho, tempo livre e suas relações com os diversos segmentos sociais.

No campo teórico, são produzidos inúmeros estudos sobre o lazer com destaque para a melhoria dos equipamentos e espaços destinados ao lazer no meio urbano, bem como sua associação com a atividade turística. No decorrer da história, vários autores propuseram estudos voltados ao lazer, dentre eles está Dumazedier (1976) que detalhou em suas obras o lazer como algo que deve estar interligado aos momentos de descanso, divertimento e de desenvolvimento social. De acordo com o referido autor, o lazer pode ser entendido como:

[...] Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976 *apud* MENOIA, 2000, p. 11).

Ao longo dos séculos XIX e XX, diversas abordagens foram concebidas para o entendimento sobre a amplitude e significados do ócio e do lazer, as suas características e dimensões (DUMAZEDIER, 1987; MARCELLINO, 2000; GOMES, 2008). Alguns teóricos como o Dumazedier (1987) entendem o lazer como oposição ao trabalho e as obrigações sociais, situando-o como momento apartado do tempo de trabalho no qual os atores sociais podem espontaneamente ocupar o seu tempo livre com atividades prazerosas. Nesse sentido o lazer refere-se a uma “[...] forma específica de relação social, um espaço de qualificação humana, ou seja, de

¹ Capítulo II dos Direitos Sociais: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas (POLATO, 2003, p.141).

No entanto, estudos recentes (MARCELLINO, 2000; MELO e ALVES JR, 2012) consideram que o lazer não pode ser compreendido sem relacioná-lo às condições sociais, políticas, culturais e históricas que possibilitaram a sua emergência como necessidade e direito social. Nessa direção, o lazer pode em alguns casos, confundir-se com o trabalho, ou seja, trabalho e lazer estão imbrincados e ajudam a compreender a complexidade da dinâmica social. Gomes (2008) assinala que o lazer consiste num fenômeno sociocultural dotado de especificidades, uma dimensão da cultura que se manifesta por meio dos aspectos tempo, espaço-lugar, manifestações culturais e atitude. Segundo a autora:

[...] O lazer vai além da mera realização de atividades, sendo um campo da vida humana e social dotado de características próprias, que ocorrem em um tempo/espaço específico. Assim, o lazer inclui a fruição de diversas manifestações da cultura, tais como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e as diversas formas de artes, entre inúmeras outras possibilidades. Inclui ainda o ócio, uma vez que esta manifestação cultural pode constituir em nosso meio social, notáveis experiências de lazer – não como um privilégio de classe (GOMES, 2008, p. 125).

A partir dessa concepção multissetorial e dinâmica do lazer, entende-se que esta prática propicia oportunidades de vivências lúdicas, valorização do meio ambiente, desenvolvimento pessoal e interação social. No mesmo raciocínio, Menoia (2000, p. 11) completa estabelecendo que o lazer “possui caráter liberatório, de livre escolha; caráter desinteressado, sem fim lucrativo, caráter hedonístico, de satisfação; caráter pessoal, onde as expectativas superam as necessidades”. Em concordância, Marcellino (2008), estabelece que o lazer deve contemplar preceitos educativos com destaque para a educação pelo e para o lazer, ou seja, que o lazer possa ser veículo de educação e que a educação possa utilizar do lazer como instrumento de libertação e reflexão crítica da sociedade.

Autores como Dumazedier (1976), Marcellino (1996, 2008) e Corbain (2001) são referências nas teorias sobre o lazer, associando-o ao bem-estar, ao aprendizado e à realização pessoal. Por estar presente na vida das pessoas, o lazer se estabelece como um precursor de escolhas que se determina através do que o indivíduo necessita, além de abranger os fatores de interesse advindas das

necessidades pessoais. Intercalando, identifica-se que o lazer se refere à busca por algo que dê prazer e que contribua para o desenvolvimento pessoal e comunitário.

O lazer pode se constituir um tempo e espaço de humanização, é uma possibilidade. Entretanto, está fortemente vinculado ao controle social, na perspectiva da produção e reprodução física e moral da força de trabalho, e ao consumo, inserindo-se no mercado de bens e serviços da chamada Indústria Cultural. Ao afirmarmos idealmente o lazer como um tempo de liberdade e escolha, como uma alternativa positiva frente ao trabalho alienado, conseqüentemente, incorremos no erro de identificá-lo como espécie de um “outro” separado do trabalho, desconsiderando-o em sua totalidade relacional, portanto, imbricado à esfera da produção.

Nessa perspectiva, o lazer pode ser considerado algo em construção, pois como é uma atividade de escolha, possivelmente, uma certa parcela da sociedade não entende da possibilidade de fomentar o lazer como algo de controle próprio, ou seja, de controle pessoal e social que segue uma perspectiva de descanso e de incorporação social. Intensifica-se que o lazer pode ser uma ferramenta que busca as contemplações necessárias para a absorção dos fatores que interferem na saúde de um indivíduo, como o estresse, o cansaço, as horas extensas de trabalho e absorção dos afazeres pessoais.

Andrade de Melo e Alves Jr. na obra intitulada “Introdução ao Lazer” (2012, p. 31 -32), destacam que o lazer não precisa estar vinculado às horas que sobram do trabalho, pois muitos dos indivíduos utilizam de suas horas vagas para outros atributos pessoais, garantido assim, que nem sempre estejam fazendo horas livres de lazer.

O conceito de lazer estará exclusivamente relacionado com o tempo que sobra do trabalho? Esse é um parâmetro significativo a ser considerado, mas, isoladamente, apresenta claras imprecisões. Pensemos em um trabalhador com uma jornada laboral de oito horas. Identifiquemos o que ocorre com o restante do tempo em que ele não está trabalhando, as outras dezesseis horas. Destas, uma parte será utilizada em atividades ainda realizadas em decorrência do trabalho, por exemplo com o transporte até a empresa e com o retorno ao lar. Em algumas cidades, esse tempo pode chegar a até quatro horas ou mais. Esse período dentro de carro, trem ou ônibus não pode ser considerado um tempo disponível para o lazer. Além disso, é hoje bastante comum o indivíduo ter de levar tarefas para casa

ou, saindo da empresa, ir para a escola, universidade ou cursos de atualização profissional, cada vez mais exigidos pelo mercado. Observamos, assim, uma significativa redução daquelas dezesseis horas supostamente livres (MELO e ALVES Jr, 2012, p. 31- 32).

Os autores indicam que mesmo o cidadão obtendo horas baixas de trabalho, mesmo assim, o modo como utiliza suas horas fora do ambiente trabalhista não está realizado de alguma forma aos momentos de lazer, que por uma razão utilizam as horas decorrentes de “não trabalho” para trabalhar em outras situações que lhes convém. “O mais adequado, na verdade, é afirmar que as atividades de lazer são observáveis no tempo livre das obrigações, sejam elas profissionais, religiosas, domésticas ou decorrentes das necessidades fisiológicas” (MELO e ALVES Jr, 2012, p. 33).

O lazer vai além do descanso ou divertimento e ultrapassa para o desenvolvimento principalmente do indivíduo perante a sociedade. Para Marcellino (2002 *apud* CASELLE e COSTA, 2007, p. 21) o lazer pode proporcionar um relaxamento e o prazer através das atividades que possam ser desenvolvidas mediante a um desenvolvimento pessoal e social, transmitindo possibilidades no consumo de sensibilidade em nível pessoal. Desse modo o lazer “pode ser uma vivência que o indivíduo pode desenvolver-se socialmente, seja por meio de exercício do trabalho em grupo, seja pela tomada de consciência em suas responsabilidades, tanto para com o meio, como para as pessoas” (CASELLE e COSTA, 2007, p. 21).

Nessa linha de raciocínio, constata-se que o lazer é uma busca pelo o que se é prazeroso, mas que pode implicar no uso não adequado de suas horas livres, pois é identificável que muitos utilizam para outros fins e outras necessidades. “Bem, podemos então definir as atividades de lazer pela conjunção desses dois parâmetros um mais objetivo, de caráter social (o tempo), e outro mais subjetivo, de caráter individual (o prazer)” (MELO e ALVES Jr, 2012, p. 33).

O lazer, portanto, é a busca pelo o que “faz bem”, simbolizando que a necessidade de trabalho pode de algum modo ou em algum momento extravasar suas forças e jogá-lo em situação de cansaço que nem sempre “um boa noite de sono” irá garantir que está pronto para mais um dia de trabalho ou mais um dia de obrigações diárias, fazendo do lazer, do ócio e do tempo livre uma “válvula de escape” que

funcione como portador na busca por um equilíbrio emocional, físico, pessoal e social.

Nessa premissa, o lazer funciona como um entendimento capaz de incentivar o indivíduo a entender e identificar como ocupar as horas vagas de tempo livre, com as potencialidades desenvolvidas através de meios que sejam relacionados as práticas de lazer, com o objetivo de ser compensatória. Portanto, o lazer “[...] é também direito à livre fruição do lazer, observadas eventuais colisões com outros direitos” (LOPES, 2017, p. 85).

Corbain (2001), por exemplo, elabora suas análises sobre o lazer através de uma sequência não cronológica, buscando entender como as transformações sociais em determinados momentos da história, influenciaram no modo de como as comunidades modernas interligam as ideias sobre o tempo livre, argumentando que existiria um processo na definição “no espaço predestinado aos tempos livres” (CORBIN, 2001, p. 5).

Embora presente nas sociedades clássicas, como a Grécia e Roma, o lazer enquanto necessidade social está relacionado às mudanças ocorridas nos países europeus a partir do século XVIII, momento em que o capitalismo moderno e industrial se consolida em meio às mudanças econômicas, tecnológicas e à urbanização.

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por inúmeras mudanças no modo de vida da sociedade; através da expansão do movimento capitalista, o trabalhador passou a gerir melhor seu tempo e espaço que antes era ocupado por inteiro para o trabalho intensivo nas grandes fábricas. Desse modo, o lazer passou a ser uma dimensão importante na vida social do indivíduo. Para Barbosa e Silva (2011, p. 02):

O lazer só conseguiu espaço a partir do Século XIX, com a mudança de comportamento de toda uma sociedade com relação ao trabalho, tendo início nos países europeus. O primeiro documento explícito que se tem a favor do lazer é o clássico “Direito a Preguiça”, que trata sobre o direito ao lazer dos operários, colocando questões e críticas sobre o capitalismo e o cristianismo ocidental, foi escrito em 1880, na Alemanha por Paul Lafargue, militante socialista, que ganhou grande repercussão com seu manifesto.

Dessa forma, o lazer passou a ser inserido na vida humana a partir da Revolução Industrial e das discussões acerca do ócio, tempo livre e tempo do não-trabalho para delimitar a sociedade diante de seus direitos trabalhistas. Sendo

identificado através de “atividades de lazer se dão nos campos intelectuais, artísticos, físicos, manuais, turísticos e sociais [...]”. (BARBOSA; SILVA. 2011, p. 4). O lazer passa a ser considerado como atitude a ser caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, através de uma busca pela satisfação provocada pela atividade (MARCELLINO, 2006). Nas palavras do autor:

A realização de qualquer atividade de lazer envolve a satisfação de aspirações dos seus praticantes. Há alguma coisa em comum entre o que se busca indo ao cinema ou ao teatro, e que difere das razões que motivam o desenvolvimento de esportes, por exemplo. Enquanto, no primeiro caso, a satisfação estética pode ser considerada como critério orientador, no segundo caso, via de regra, prevalece o movimento - exercício físico (MARCELLINO, 1996, p. 17).

O referido autor se debruçou sobre teóricos clássicos do estudo em lazer, fazendo referência acerca do lazer diante de sua percepção e conotação histórica, pois a atividade pode ser verificada como um grande campo de estudos que possibilita dinâmicas de conceitos que em algum dado momento podem ser entrelaçar e produzir uma estreita relação com as demais áreas de atuação do homem (MARCELLINO, 1996, p.17):

[...] Os vários interesses que as aspirações pela prática do lazer envolvem, formam um todo interligado e não constituído por partes estanques. A distinção só pode ser estabelecida em termos de predominância, representando escolhas subjetivas, o que evidencia uma das características do lazer – a opção.

O autor caracteriza o lazer como o conjunto de atividades que são praticadas no tempo destituído das obrigações econômicas ou profissionais e dos compromissos sociais, destacando o seu caráter desinteressado. Ou seja, as atividades de lazer são escolhidas de forma espontânea pelos grupos sociais com o objetivo de proporcionar sensações prazerosas e libertárias.

O incentivo através da mobilização prioriza como é produzida a identidade do lazer no território brasileiro, com o intuito de compreender através das multiplicidades dos estudiosos da área e relacionar as compreensões dos autores podendo organizar o campo de lazer como uma área rica de estudos e capaz de interligações com outras áreas.

Nelson Carvalho Marcellino é outro estudioso do lazer brasileiro, a atividade de vida nas mais variadas obras por ele já escrita, como: “Estudos de lazer: uma introdução” (1996) que intensifica os estudos na área de lazer possibilitando um grande reconhecimento acerca do assunto que possa ser

considerado como importante na dinâmica de conhecimento sobre o lazer e suas ramificações em outras áreas como a educação, o turismo, políticas públicas, conteúdos culturais e outros que possam de algum modo conceituar de forma clara e coesa as diversificações sobre o lazer.

2.1 A Revolução Industrial e o início dos direitos trabalhistas

O início da industrialização, caracterizada a partir do século XVIII com intensivos marcos históricos sociais, promoveu transformações nos grandes centros urbanos, com o surgimento das primeiras indústrias, o forte crescimento urbanístico advindo das populações rurais que vinham para os centros urbanos em busca de trabalho.

A produção massiva era totalmente manufaturada, ou seja, os produtos eram de produção manual e os trabalhadores eram verificados e alocados de acordo com o seu entendimento artesanal. Pouco depois, o modelo de produção tornou-se maior e mais rápido, pois a produção passou a ser feita através de máquinas e conseqüentemente reduzindo os operários na área das grandes indústrias. Desse modo, o operário passou a receber salários cada vez mais baixos, pois eram vistos não mais como máquinas, mas como peças que na habilidade de manusear as máquinas que por sua vez fazia todo o trabalho denominado pesado.

Nessa ocupação os operários passaram além de um baixo salário, a serem obrigados a manusear máquinas por mais de quinze horas de duração² pesadas e com um pouco espaço de tempo para descanso, possibilitando o crescimento do número de acidentes de trabalho por conta do cansaço, pela alta periculosidade e outras preocupações ocorrentes nas indústrias que por sua vez não davam proteção contra acidentes durante os manuseios das máquinas.

A Revolução Industrial (1760 – 1860) ocorrida inicialmente na Inglaterra, estabeleceu importantes transformações diante de uma sociedade e do mundo, pois ampliou as percepções sobre os direitos trabalhistas e direitos humanos. Tornou-se importante para a história trabalhista, pois identificou os problemas que a classe operária passava no campo de produção massiva. Bertrand Russell (2002, p. 29) destaca que:

² RUSSELL, B. O Elogio ao Ócio. 2002.

[...] Na Inglaterra do início do século XIX, a jornada de trabalho de um homem adulto tinha quinze horas de duração. Algumas crianças cumpriam às vezes, essa jornada, e para outras a duração era de doze horas. Quando uns abelhudos intrometidos vieram afirmar que a jornada era longa demais, foi-lhes dito que o trabalho mantinha os adultos longe da bebida e as crianças afastadas do crime.

O movimento através da mobilização dos trabalhadores foi estabelecido por meio de greves, destruição do maquinário pois eles acreditavam que as máquinas eram culpadas pela perda de seus trabalhos e desvalorização de suas formas de trabalho. Por outro lado, os trabalhadores acreditam que deveriam ocorrer lutas em favor da criação dos direitos trabalhistas e horas menores de trabalho. Desse modo, o trabalhador passou a lutar por seus direitos que acreditavam e por momentos de descanso, ócio, tempo livre ou momentos e atividades de lazer.

Com as relações jurídicas de trabalho sendo ampliadas com a Revolução Industrial, as reivindicações dos movimentos trabalhistas a classe operária “por meio de associações que buscavam a defesa contra a miséria e o aniquilamento” (CORREIA, 2018, p. 4), conforme observa-se no Quadro 2.

Quadro 2 - Formação do Direito do Trabalho.

Moral and Health Act de 1802	Marca o início da regulamentação trabalhista na Inglaterra, proibindo o trabalho de menores com duração superior a 12 horas e no período noturno. Ressalta-se que lei análoga francesa foi editada em 1841
Ato de 1826 na Inglaterra	Permitiu o direito de associação coletiva dos trabalhadores

Fonte: Correia (2018, p.05)

A sistematização e consolidação do trabalho através da Revolução Industrial transformou o trabalho conforme as necessidades dos trabalhadores, sendo introduzido de maneira geral o salário e o homem passaram a ser um plano secundário (CÊGA e TAVARES, 2012). “De forma paralela a esse processo de reivindicação de direitos pelos trabalhadores [...] trouxe consigo um novo conjunto de valores, novos hábitos culturais [...]” (LOPES, 2017, p. 27).

Com os direitos trabalhistas em desenvolvimento, houve uma histórica configuração, trazendo uma nova realidade em vários sistemas que organizam “a configuração de classes e a organização dos tempos sociais”. Logo, “a base material

para a construção do conceito de lazer moderno é a industrialização, que significou a transformação da forma de trabalho e a reordenação dos tempos na sociedade” (LOPES, 2017, p. 25).

A percepção de ócio³, tempo livre e lazer diante das situações humanas tornou-se recorrente a partir do século XVIII, por ter sido um momento de transformações diante de uma sociedade que impôs uma predominância do trabalho e os trabalhadores eram detentores de mais de dez horas de trabalho sem nenhum momento de descanso e sem férias com remuneração (AQUINO e MARTINS, 2007)

A definição de ócio, tempo livre e lazer podem ser semelhantes na produção de seus próprios entendimentos, mas também indicam que tais definições ocupam situações e conhecimentos distintos. Conforme nos indica Aquino e Martins:

Estudos atuais evidenciam que ambos são muito diferentes pelo contexto de liberdade que invocam. No caso, um se apresenta na dinâmica social brasileira carregado dos valores do capital, relacionando-se diretamente com tempo de reposição de energia para o trabalho. O outro envolve um sentido de utopia por orientar a uma liberdade supostamente, longe de ser alcançada, haja vista a própria dinâmica socioeconômica preponderante” (AQUINO e MARTINS, 2007, p. 484).

O ócio⁴ pode ser identificado juntamente aos momentos da identificação trabalhista nas indústrias atrelada aos donos de indústrias, aos políticos e aos grandes senhores que juntos são produtores de uma grande gama de dinheiro, fortuna, que está agregada aos trabalhadores que por sua vez, esse sim, não são propícios os momentos de descanso, pois eram forçados a fabricar mais e mais por muitas horas diárias.

Segundo Russell (2002) o trabalhador deveria produzir arduamente, sendo forçados através de suas necessidades pessoais a sustentar o ócio de seus senhores. O autor acrescenta que “A ideia de dever, historicamente falando, foi um meio usado pelos detentores do poder para convencer os demais a dedicarem suas vidas ao benefício de seus senhores, mais do que aos seus próprios interesses” (RUSSELL, 2002, p. 27).

³ Finalização do trabalho; folga ou repouso; Esse período de tempo em que se folga; Ausência de ocupação; falta de trabalho; ociosidade. Desprovido de força física; excesso de preguiça; moleza. [Figurado] Trabalho sutil que demanda pouco esforço. Etimologia (origem da palavra **ócio**). Do latim otium.i.

⁴ “A palavra ócio é sinônimo de ocupação desejada, apreciada e, é claro, resultado da escolha livre”. (AQUINO e MARTINS, 2007, p. 492).

Nesse sentido a percepção de ócio dentro de uma sociedade partiu de interesses das classes altas que utilizam do artifício das grandes jornadas e da necessidade dos trabalhadores para sua sobrevivência, mecanismos que fosse taxado como vantagens diante das percepções operárias, criando uma classe altamente opressora que não pensava no bem-estar de seus subordinados, mas na ideia de como subordiná-los ainda mais para que pudessem se glorificar diante seus próprios privilégios.

Para Cuenca (2003 apud AQUINO E MARTINS, 2007, p. 491) o ócio é a percepção advinda da experiência gratuita, necessária e enriquecedora da natureza humana, ou seja, o ócio se estabelece através de sensações e momentos bem vividos e que são lembrados de forma gratificante pelo ser humano que possa ser capazes de atingir suas perspectivas pessoais e que sejam relevantes para seus momentos de descontração e relaxamento.

O ócio deixou de ser algo voltado aos ricos a partir do momento histórico da pós-revolução, ou seja, onde os trabalhadores passaram a serem inseridos nos mais diversos momentos de tempo livre, no qual a vida do trabalhador passou a ser dividida entre tempo de trabalho e tempo livre, ócio e lazer. Marques e Cerqueira (2017, p. 2) ressaltam que:

A atividade criativa é o fruto do ócio criativo, e essas atividades poderão ser introduzidas no trabalho contribuindo para a qualidade de vida no trabalho a partir da satisfação pessoal do operário, em que é uma motivação para o trabalhador ver uma atividade elaborada por ele mesmo sendo empregada no ambiente de trabalho, ou seja, é possível em um momento de ócio em que esse momento de imaginar e fantasia, criou-se algo produtivo e concreto para realizar o trabalho.

Nesse sentido, a produção pode vir de diversas formas e/ou em diversos momentos, a intensidade de um trabalho não sai a frente quando se precisa produzir algo, ou seja, o momento de descanso ou momento ócio tem um valor muito importante na construção de uma atividade, caracterizando esse momento de ócio criativo como “um momento de construção para si e para o trabalho, e incentivar o trabalhador a usar seu intelecto para uma atividade criativa e a importância desse momento para o seu bem-estar [...]” (MARQUES; CERQUEIRA, 2017, p. 2).

O ócio criativo busca por uma interlocução através da importância de se produzir algo e a importância assegurada através de leis do trabalhador ter momentos de não – trabalho, para que haja uma ocorrência de valor positivo para

ambas as partes, que possam oferecer uma motivação através do tempo livre, certos momentos que possam ser usados para se colocar em prática algo que esteja relacionado ao trabalho, construindo um momento de produção fora do ambiente de serviço e usufruindo de tempos livres. (MARQUES e CERQUEIRA, 2017). Para Aquino e Martins (2007, p. 490):

O tempo livre e o ócio são tomados, muitas vezes, como fazendo referência a um mesmo fenômeno social. Não obstante, são conceitos que têm naturezas distintas. O tempo livre, especificamente, é um conceito que remete a muitos equívocos, pois, ao referir-se ao qualificativo 'livre', pressupõe diretamente uma alusão a um tempo de 'não-liberdade' ao qual se opõe. Tempo livre de quê? Poderíamos perguntar. Em realidade, a denominação de tempo livre, apesar de ser considerada desde os antigos gregos, adquire relevo a partir de sua oposição à concepção moderna de trabalho. Essa noção de um tempo livre do trabalho conduz a uma concepção negativa deste último, ou seja, faz sobressair o caráter impositivo da atividade laboral. Há que reconhecer que o tempo livre, no contexto atual, é uma referência temporal e implica uma divisão da 'unidade' do tempo que se opõe ao tempo de trabalho.

Para os autores, ócio e tempo livre foram colocados na sociedade nessa mesma ordem como fatores que determinariam os momentos de descanso ou momentos que não estariam destinados ao trabalho, ou seja, termos de caracterização de horas livres. No decorrer da vida social tais termos passaram a ser destinados a serem sinônimos, que no real sentido esta não seria correto. Por isso, apesar de determinarem o mesmo objetivo de descanso um por sua vez não está inteiramente ligado na caracterização do outro.

Assim como o ócio, o tempo livre é determinado a partir do momento de pós-revolução onde estabelece os momentos de descanso dos operários que tinham o espaço de trabalho como detentor de todas as suas horas diárias sem tempo e digamos vocação para espaços livres de descanso. Nesse caso, o tempo livre aumenta possibilitando que os operários por um espaço de tempo poderiam se ocupar de tarefas cujo objetivo era o bem-estar pessoal e até mesmo familiar e social.

Até o momento o que se estabelece é que na vida de um trabalhador existem termos que possam determinar cada momento seu livre de questões e do ambiente de trabalho, pois de alguma forma seus momentos possam estar vinculados a conceitos únicos que predominam os termos ócio, ócio criativo, tempo livre e lazer ou em suas objeções distintas que caracterizam como o indivíduo que de fato de usufruir de suas horas fora das atividades intensivas do dia a dia.

O século XVIII foi marcado por inúmeras e singelas mudanças do modo de vida da sociedade, através da expansão do movimento capitalista o trabalhador passou a verificar e a gerir melhor seu tempo e espaço que antes era ocupado por inteiro para o trabalho extenso e pesado nas grandes fábricas de produção. Desse modo, o lazer passou a ser algo tão importante na vida social do indivíduo, sendo uma criação da sociedade em prol de seus momentos de lazer.

O lazer passou a ser considerado no Brasil a partir dos primeiros anos da ditadura militar, com a justificativa que os trabalhadores passaram a trabalhar por mais tempo e teve uma redução drásticas de suas horas vagas, mesmo que, nas conjunções dos direitos trabalhistas brasileiro, era comum observar o uso abusivo dos trabalhadores acerca de suas horas de trabalho. Nessa conjuntura, o operário brasileiro passou a buscar por mais horas de descanso e isso ocasionou no impulso da “história do lazer no Brasil porque reduziu drasticamente o tempo livre dos trabalhadores” (GOMES e PINTO, 2009, p. 76).

Todo o processo histórico do lazer descrito até o momento no decorrer dos anos no âmbito brasileiro intensifica no alto de sua conjuntura a preocupação pela democratização do espaço e do tempo, pois é uma atividade de socialização que possa produzir uma capacidade de cidadania compartilhada que possibilite ações de recreação e lazer na sociedade capazes de persuadir a necessidade de todos em um ato democrático.

2.2 Lazer como direito social conquistado pelos trabalhadores

Os direitos sociais foram conquistados através de movimentos históricos que provocavam a institucionalização do trabalhador que vivia em situação precária no espaço de trabalho. Os direitos sociais são aplicações que buscam uma interligação e compreensão das necessidades do ser social e são estabelecidos por leis constituintes através do governo federal de um país.

O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas tem sustentado que os poderes públicos têm a obrigação de assegurar, em todo o momento, inclusive em épocas de crise ou de dificuldades fáticas, ao menos os conteúdos essenciais de cada um dos direitos sociais, inclusive impondo aos Estados nacionais e às diversas esferas da Administração Pública um

dever de não regressividade em matéria de direitos sociais (SCHWARZ, 2016, p. 267).

Do mesmo modo, Ribeiro (2016) ressalta-se que “A Constituição Federal declara que o Estado é responsável por atender aos direitos sociais. Assim, cabe à pessoa que necessite de proteção a seus direitos exigir a prestação concreta por parte do Estado”. Segundo o autor, a Constituição Federal assegura os direitos e deveres de uma sociedade, a fim de desenvolver

[...] Por meio de edição de leis, normas gerais que regulam situações de modo abstrato; a função executiva consiste na realização de atos de governo, realizando a gerência da coisa pública para consecução do bem-estar social, nos termos da lei; já a função jurisdicional objetiva a aplicação do direito ao caso concreto com a finalidade de solucionar conflitos (RIBEIRO, 2016, p. 21)

O Brasil foi marcado por diversas Constituições, no total de sete, estabelecidas no decorrer de sua movimentação histórica e política. A Constituição brasileira foi baseada na Constituição americana com o intuito de introduzir um sistema presidencialista e com ações através de três poderes na gama política e social, a saber: o legislativo, capaz da criação das leis, normas e diretrizes do país; o judiciário, doutrinado a executar as leis criadas e o executivo para administrá-las de forma clara e coesa dentro da sociedade.

No território brasileiro, os direitos sociais são assegurados por lei e pela Constituição Federal de 1988 (Quadro 3), através do Artigo 6º da redação dada pela Emenda Constitucional nº 90 de 2015 assegurando que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2015).

Quadro 3 – Direitos através da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal assegura o direito ao descanso, o direito ao repouso, às férias e ao gozo	Art. XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
	Art. XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

destas, a aposentadoria no art. 7 ^a , incisos XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX E XXIV, que são respectivamente:	Art. XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
	Art. XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
	Art. XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menor, um terço a mais do que o salário normal;
	Art. XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
	Art. XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
	Art. XXIV – aposentadoria.”

Fonte: Pereira (2009, p. 11).

O lazer então passa a ser um direito inserido nas leis que intensificam as necessidades da sociedade, criando uma importância dentro de um processo de urbanização e de sociedade para uma melhor qualidade de vida e um desenvolvimento humano (social e psicológico).

O lazer é citado nos artigos 6º, 7º, 217 e 227 da Constituição de 1988 (Brasil, 1988). No artigo 6º, é definido como direito social, ao lado da educação, da saúde, da alimentação, da moradia, da segurança, da previdência social, entre outros. O artigo 7º (inciso IV) prevê que os trabalhadores urbanos e rurais e outros sujeitos têm o direito de receber um salário mínimo que dê conta de suprir suas necessidades vitais básicas e as de sua família, incluindo o lazer. No parágrafo terceiro do artigo 217, por sua vez, o lazer figura como responsabilidade do poder público, que deve incentivá-lo como forma de promoção social. Tal atribuição é reforçada no artigo 227, o qual, além de configurar o direito ao lazer como dever do Estado, o coloca como dever da família e da sociedade, que devem assegurá-lo com prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem (GOMES e ISAYAMA, 2015, p.01).

O lazer como um direito social foi constituído como algo introdutório para se obter o máximo de ações que privilegiem todas as classes sociais de uma comunidade, deve existir um caráter de inclusão que favoreça o bem essencial ao cidadão e o bem-estar próprio. Souza (2010) argumenta que o lazer deve refletir de como sua forma implica e quais são as responsabilidades do Estado no que se refere em criar e implementar políticas públicas que possam concretizar para os

cidadãos a vivência desse direito, de acordo com suas necessidades sociais, por ser este um fator condicionante da cidadania:

No capítulo IV, da Constituição Federal Brasileira é evidenciado, em seu artigo 59, que os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer. Nesse sentido pode-se observar nos Estados e cidades brasileiras a criação de leis, decretos, secretarias, conselhos e de fundos voltados para a promoção do lazer, da cultura e do esporte. Nos municípios, políticas públicas buscam valorizar o lazer como instrumento de promoção para o bem-estar individual e coletivo, visando promover a inclusão social (NETO SOARES, 2018, p. 102).

Desse modo, o lazer deve estar inserido de forma gratuita nas inter-relações humanas, produzindo uma percepção de desenvolvimento assegurado e deve ser garantido a população, como explica Ramalho (2008 apud RIBEIRO, 2016, p. 32):

As instituições, como família, escola, empresa, igreja, clube, centro cultural e outras, tem o dever de criar oportunidades de diferentes tempos e espaços educativos para que elas possam vivenciar diversificados conteúdos culturais do Lazer com autonomia. O Estado deve cumprir seu papel na regulamentação do Lazer e o dever de prover as condições mínimas necessárias para que todas as crianças e suas famílias tenham acesso aos bens culturais de Lazer disponíveis na sociedade.

O lazer além de estar descrito na Constituição Federal de 1988, pode ser visto em outras leis e normas dos direitos sociais, com o mesmo objetivo de beneficiar a comunidade a horas de desenvolvimento social, psicológico e descanso nos determinados espaços e determinações pessoais de lazer. No ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

No ECA (Lei 8069/90), o art. 4º enuncia o dever da família, da comunidade e do poder público de assegurar a efetivação de, entre outros, o direito ao lazer, como posto na Constituição. Traz ainda o artigo 59, dispondo que: “os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude (LOPES, 2017, p. 69).

O artigo convoca os dirigentes dos governos que assegurem o direito ao esporte, cultura e lazer para crianças e adolescentes, com a definição de afirmar e promover o bem-estar social. Do mesmo modo que o Estatuto do Idoso “estabelece um desconto de 50% para os idosos nos ingressos para eventos de lazer e acesso

preferencial a eles como forma de garantir a sua participação em atividades “culturais e de lazer” (LOPES, 2017, p. 70).

Essas afirmações inserem o lazer nas mais distintas áreas do desenvolvimento humano, sendo uma característica da produção social de “um diálogo entre o poder público e a indústria do entretenimento no sentido de promover ou ao menos facilitar esse acesso a grupos específicos, cujo direito ao lazer está garantido na constituição” (LOPES, 2017, p. 70).

Nesse sentido, o lazer deve proporcionar uma invasão de conteúdos que proporcionem o bem-estar e o desenvolvimento humano, que signifique a construção de uma rede igualitária e que produza sequências construtivas dos valores e da promoção do tempo e atividade fora do local de trabalho, que perpetue uma mutação advinda das experiências proporcionadas pela atividade turística e a boa administração entre o tempo e o espaço propício ao lazer social e individual.

As atividades devem buscar atender um espectro mais amplo de interesses, não se concentrando em uma ou outra modalidade, vez que todas são necessidades das pessoas para seu desenvolvimento. De acordo com a classificação que utilizo no trabalho, as atividades de lazer devem buscar atender interesses físicos, artísticos, manuais, intelectuais, sociais e turísticos (LOPES, 2017, p. 81).

É dever do Estado por meio de políticas públicas promover o lazer de forma justa nas mais diversas áreas atreladas ao lazer e nos mais diferentes grupos sociais, destacando o descanso do trabalhador. Tendo concordância que o lazer é uma atividade que contém uma imensa liberdade de escolha e consegue produzir uma gama de possibilidades de aplicação.

As práticas de lazer podem estar associadas a diversas outras atividades ou a outros segmentos que estabelecem em suas normas o lazer como ferramenta de inclusão e diversificação social e recreativa. No caso do turismo, por exemplo, o lazer compartilha diversas abordagens próprias como forma de ampliação entre os dois tipos de atividades. Deve-se entender que as práticas de lazer nem sempre estão relacionadas ao espaço turístico, pois, o lazer é um segmento com diferentes distinções, mas que de alguma forma complementa a atividade turística, intensificando que o turismo faz completas interligações ao lazer como ferramenta de inclusão, mas o lazer não se faz necessário ter uma junção com a atividade turística.

No capítulo a seguir realiza-se uma abordagem entre lazer, turismo e espaço urbano, ressaltando os aspectos que aproximam estes dois fenômenos, a importância do lazer no turismo, as relações entre a atividade turística e os espaços urbanos.

3 A INTERFACE LAZER E TURISMO

O lazer já consolidado diante das virtudes atribuídas a Constituição e declarada exclusivamente como um direito social pode estabelecer uma junção com os outros segmentos e atividades com o intuito de fortalecer seu conjunto interno de diversificações social e criativa. No entendimento social, observa-se que “O lazer vem adquirindo lugar de crescente destaque em nossa sociedade. Isso é notável quando observamos as matérias publicadas na mídia, os discursos políticos, as ações do mercado, as políticas sociais e mesmo as conversas cotidianas” (SOUZA, 2010, p. 1).

Nesse sentido, entender como o lazer se interliga com outras áreas de ensino, apresenta fatores que em algum momento podem ser compreendidos diante de sua expressão e manifestação perante a sociedade, buscando interfaces com outros segmentos e atividades sociais, como é o caso do turismo. Como afirma Camargo (2001 apud Souza, 2010, p. 02):

O campo do lazer deve se constituir em objeto de conhecimento e vivência de conhecimento e vivência ao profissional do turismo, tendo-se em vista a necessidade de uma melhor compreensão acerca do fenômeno turístico enquanto uma manifestação cultural num momento em que é tão decantada a sua funcionalidade econômica, dada a sua posição de destaque no cenário econômico mundial. [...]

Entendemos que a área de lazer e turismo engloba um encadeamento de atividades humanas, sejam elas individuais e/ou coletivas. Camargo (2001) postula que o lazer deve constituir como um produtor de conhecimento, com o intuito de consideração e ampliação da atividade turística, afim de que a sociedade possa entender como o lazer aproxima o indivíduo a uma dimensão cultural de uma sociedade, sendo possibilitado através do turismo para a valorização do tempo livre.

De acordo com Panosso Netto (2013) o lazer é uma dimensão na qual o turismo é uma das formas mais características, pois surge como uma fuga do estresse da rotina de trabalho e do cotidiano, acrescentando que, simboliza uma busca por uma satisfação, um descanso, descontração e momentos identificados como práticas de puro relaxamento. Observa-se que os dois segmentos indicam uma semelhança mas que não fogem de ser diferentes em determinados aspectos de interlocução.

De acordo com Marcellino (1996) o lazer pode ser uma construção em constante desenvolvimento através da sociedade, ou seja, sua dinâmica pode ser variável em acordo com o ser social e sua coletividade, criando uma flexibilidade

para que possa ser desenvolvido outras atividades que complementam sua dinâmica própria de tempo livre.

O turismo pode usufruir do lazer para intensificar suas atividades diante das necessidades do turista, onde o intuito é favorecer suas determinações perante as suas horas vagas para obter uma autonomia de suas relações sociais e culturais do local. Mas deve-se conter o cuidado de uso nos espaços de lazer utilizados pelo turismo, como exemplifica Farias e Meguis (2015, p. 02)

Os espaços de lazer podem ser utilizados pelo turismo, no entanto a população deve compreender que esses espaços são em primeiro momento da sociedade local e não do turista, o poder público por sua vez deve criar iniciativas que visem não apenas preservar e construir espaços de lazer, mas contribuir para recuperar a cidadania do cidadão, favorecendo assim o seu sentimento de pertencimento ao local.

Para Farias e Meguis (2015) deve conter uma relação propícia entre turismo e lazer para que ocorra um planejamento compatível na qual haja a inserção da comunidade no processo turístico, podendo agregar valores e uma descentralização entre os tais grupos (turismo e comunidade), partindo de uma inclusão social. “Um planejamento adequado, onde os elaboradores visualizem as necessidades e o potencial local pode ser considerado como uma iniciativa, para a prática adequada das duas atividades” (FARIAS e MEGUIS, 2015, p. 05)

No âmbito do planejamento deve conter as formulações dos espaços de lazer urbanos, onde a comunidade possa usar da mesma forma que os turistas que chegam no local. Faz-se necessário para integrar a comunidade diante das riquezas culturais, históricas e ambientais que uma cidade agregou durante os anos, buscando sempre uma interligação de interação entre as mais diversas relações sociais e culturais existentes em uma cidade.

Marcellino (2008) afirma que o poder municipal deve entender a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, produzindo possibilidades de produtos acessíveis que possa atender as classes sociais do município. Desse modo, pode-se dizer que a determinação de espaços ao lazer nas cidades, simboliza a interação da comunidade, obtendo oportunidades de acesso ao lazer fora de sua rotina de trabalho. O autor enfatiza ainda que:

Democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo disponível enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer, é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um

espaço disponível. E se a questão for colocada em termos da vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano” (MARCELLINO, 2008, p. 15)

O ato de democratizar simboliza a integração de locais que sejam acessíveis a necessidade da comunidade que possam caracterizar que a população possa desenvolver atividades de lazer e suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Além de que essa ideia de democratização pode ser importante para o aumento do potencial turístico no município. (MARCELLINO, 2008)

Já Camargo (2015) orienta que o turismo pode funcionar como uma mola propulsora do desenvolvimento local, ou seja, suas interlocuções com outras atividades, segmentos ou ocupações sociais pode garantir um desenvolvimento na população, conduzindo através do compartilhamento entre turismo e lazer como “viés histórico/cultural representam um segmento que visa valorizar e promover os bens materiais e imateriais encontrados no patrimônio cultural, bem como pela inserção da demanda em manifestações culturais, em eventos, feiras e no próprio território”. (CAMARGO, 2015, p. 2)

Identifica-se como viés de controle do turismo em concordância com o lazer, as percepções acerca das políticas públicas que possam ser voltadas e instaladas a valorização das determinadas atividades supracitadas. De acordo com Neto (2018, p. 97)

As políticas públicas de lazer visam assegurar o direito constitucional ao lazer e suas possibilidades de atuação no plano social e cultural de uma determinada comunidade. A Constituição brasileira garante a todo cidadão o lazer como um dos direitos sociais. [...] Nesse sentido, quando nos referimos a “Políticas Públicas”, dizemos que estas se tratam de ações que visam fomentar, por meio de intervenção estatal, atividades voltadas para o exercício da cidadania de forma universal ou para um determinado segmento da sociedade.

3.1. A relação entre turismo e lazer

O turismo é considerado um “fenômeno social, cultural e espacial [...] mas que não deve ser encarado apenas como uma atividade exclusivamente econômica [...] a atividade precisa ser estudado de forma mais abrangente, sob outros/novos pontos de vista” (SOUZA, 2010, p. 8-9). As características do turismo garantem que outras áreas de conhecimento ampliem seus valores de compreensão podendo ser entendido de várias formas e buscando aproximações em um núcleo comum.

O lazer por suas dimensões pode ser considerado dinâmico, podendo se aproximar de atividades que de algum modo estejam interligadas a sociedade de uma forma econômica. O lazer pode representar “um fenômeno sociocultural que se manifesta em diferentes contextos (histórico, social, político, etc.) de acordo com os sentidos/significados que são produzidos e reproduzidos por meio de relações dialéticas dos sujeitos nas suas relações com o mundo” (GOMES, 2010, p. 16).

Barreto (2014) identifica que as necessidades humanas são eternizadas em uma forma de hierarquia onde o lazer e turismo e a junção dos mesmos possam facilmente ser identificados ou colocados dentro dessa hierarquia pessoal como uma preocupação de satisfação fora de seus alcances trabalhistas e diante de sua absorção do tempo livre, criando motivações e fatores que sejam escalados como positivos.

Do ponto de vista psicológico, as necessidades de lazer e turismo vêm, também, depois que todas as necessidades vitais foram satisfeitas. De acordo com a escala de Maslow, temos que, na base da pirâmide, existem as *necessidades físicas* (fisiológicas e de segurança), em segundo lugar, as *sociais* (afetivas e de estima) e, em terceiro, as *psíquicas* (autodesenvolvimento e autorrealização). O turismo pode ser considerado uma necessidade social, quando a pessoa entende que deve viajar para obter determinado *status* e assim ser estimada pelo grupo. De outra forma, se a pessoa busca no turismo autorrealização como uma atividade que lhe satisfaça e que lhe traga prazer ou autodesenvolvimento por intermédio do conhecimento de novas culturas, o turismo virá por último na escala de necessidades do homem” (BARRETO, 2014, p. 64)

O desenvolvimento humano pode ser identificado através de suas necessidades fundamentais. O turismo e o lazer se interligam através dessa procura pela satisfação ou autorrealização, pois são considerados como fenômenos sociais que elaboram uma forma clara e objetiva de desenvolver possibilidades de uma relação mediada por uma segmentação da atividade turística como uma atividade econômica, constituindo na inovação de produtos turísticos, podendo assim, obtendo outra articulação com o lazer (SANTOS e GOMES, 2016).

O lazer promove a atividade que não precisa ser necessariamente relacionada a um valor econômico, pois sua promoção pode ocorrer através da “vivência lúdica de manifestações culturais (que podem ser diversas atividades ou até mesmo o ócio) em um determinado tempo/espço” (GOMES, 2010, p. 27). Desse modo, pode-se dizer que o lazer conduz uma ideia de liberdade diante de

uma sociedade industrial e que a globalização conduz as necessidades nos momentos de ócio.

A atividade turística sempre foi vista como uma mercadoria com a necessidade de ser consumida, condizendo que, tornou-se uma forma de ocupação do tempo ócio. O turismo, desse modo “utiliza-se do patrimônio cultural para a conformação de produtos turísticos, e isso possibilita vivenciar a experiência onde as pessoas entram em contato com outros modos de vida, de conhecimento, de crenças e de diversas expressões” (CAMARGO, 2015, p.06).

Assim, o campo do lazer poderia ajudar o campo do turismo a ter uma visão mais social e política nas suas análises, enquanto este último poderia auxiliar o primeiro a começar a ver a relevância dos estudos econômicos, igualmente importante – mais não o mais importante – para a sua constituição” (LACERDA, 2007, p. 8).

A associação entre turismo e lazer pode estar ligada a uma segmentação mais articulada da atividade turística, pois de certo modo, “a exploração do turismo como uma atividade econômica se ampara, cada vez mais, na inovação constante dos produtos e na competição pela atração de turistas, o que pode contribuir com o surgimento de tipologias articuladas ao lazer” (GOMES e SANTOS, 2016, p. 425).

Diante da realidade, o turismo por ter uma classificação mais mercadológica quando empregado as particularidades do lazer na sociedade, salienta, que o propósito final é estabelecer uma proposta de importância econômica articulada com a proposta de integrar o tempo livre da sociedade em prol de comercialização de espaços e/ou até mesmo de atividades que sejam acionadas através do lazer.

[...] O turismo e o lazer são fenômenos socioculturais porque foram construídos historicamente pela ação de sujeitos sociais. Contudo os agentes econômicos tornaram-se hegemônicos com a evolução dos processos capitalistas de produção, promovendo uma natureza dialética nas relações na sociedade, nos discursos teóricos e, conseqüentemente, no exercício dessas atividades. O resultado é a produção de uma imagem de um turismo e um lazer como atividades estritamente econômicas” (KISHIGAMI, 2020, p. 58)

Mercantilizar o lazer em torno do turismo, implica na apropriação da atividade turística em atividades que são asseguradas por lei constitucional, visando que se torna impropria para a demanda de uma sociedade totalmente trabalhista e que na maioria dos casos não contem uma atividade econômica propicia para a realização de atividades de lazer em espaços predestinados a serem públicos ou privados e que de alguma forma estão sendo inserido no mercado turístico.

O lazer pode ser representado como um elemento-chave do fenômeno turístico, pois como já descrito possuem diferentes formas de experiência e de manifestações, o que vale destacar através de tal associação é a forma de como ocupar espaço no tempo livre através de atividades relacionadas a viagens, esportes e outros. O turismo deve ser a área mais ampla em que dê o sentido de contemplar o lazer, através de experiência, desse modo o lazer passa a ser um conjunto de ideias diante de um tempo livre e o turismo um sinônimo de ocupação e motivação para ser associado aos momentos livres definidos como lazer:

O lazer é um tema que toca o turismo sem, necessariamente, se tornar uma de suas tipologias, por isso reduzi-lo a um mero propulsor de novas demandas tende a contribuir pouco com o planejamento das atividades a serem desfrutadas pelo sujeito em viagem. Ao invés de preocupar, principalmente, com a satisfação do turista enquanto um cliente, é preciso pensar nas características que esse sujeito levará consigo sobre o local visitado – as reflexões sobre si e sobre o mundo, por exemplo. Nesse contexto, o lazer tem muito a contribuir com o fenômeno turístico (e vice-versa) (SANTOS, 2016, p. 44 – 45).

O sentido perfeito para ser atribuído entre lazer e o turismo é a contribuição entre ambas, com sentido de planejar e desenvolver, tendo a ideia de compartilhamento, estabelecendo possibilidades em ambas as partes. Santos (2016) através de seus estudos elaborou a seguinte tabela comparativa (Tabela 3), visando as interfaces e os distanciamentos entre o turismo e o lazer.

Quadro 4 – Interfaces e Distanciamentos entre o turismo e o lazer.

	Turismo	Lazer
Interfaces	<p>São fenômenos socioculturais. Ambos foram constituídos por conhecimentos de diferentes áreas. Estão inseridos nas ciências sociais e têm produção acadêmica relativamente recente. Tempo e espaço como categorias importantes. Busca por prazer e satisfação. Liberdade de escolha. Articulação ao termo “indústria” e entretenimento. Mediados por políticas e ações de fomento do poder públicos e do terceiro setor, bem como pela oferta da iniciativa privada.</p>	
Distanciamentos	<p>Sazonalidade. Necessidade de acomodação. Viagem como caráter definidor. Planejamento como foco no turista. Relação entre turismo e lazer deve ir além da segmentação de mercado.</p>	<p>Gratuidade. Deslocamento como fator definidor. Planejamento como foco no residente. Relação entre lazer e turismo se dá a partir do estranhamento.</p>

Fonte: Santos (2016, p. 46).

No Quadro 4 pode ser identificado que o turismo e lazer não são sinônimos entre si, mas que exista uma participação de valorização entre eles, assim, produzindo um sentido de alimentar interesses em comuns através do espaço e tempo destinados a ambos:

[...] O campo do lazer costuma observar o turismo como um de seus conteúdos, enfatizando tal objeto de estudo em uma relação mais social, fundamentado nas ciências sociais. Já o campo do turismo usualmente identifica o lazer como um de seus segmentos, reforçando seu lado de negócio, influência de uma base pautada nas ciências sociais aplicadas (GOMES, 2010, p. 25).

O turismo e lazer no meio urbano, permite que, em um mesmo espaço ocorra uma integração entre os visitantes e a comunidade anfitriã, com o intuito de interligação entre elementos que compõe os espaços urbanos, garantindo possibilidades de vivências diversas.

É comum encontrar cidades que não contém um número significativo de espaços de lazer que possam ser usados pela comunidade do local e se contém são espaços desnutridos de instalações precisas para o desenvolvimento da atividade que acaba acarretando a não utilização de tais locais e prejudicando os moradores, que são obrigados a conviver com um lazer totalmente estagnado, ou seja, apenas dentro de suas próprias residências por simplesmente não obter um espaço digno, espaços esses que podem ser exemplificados através de, praças públicas, quadras de esportes, museus, teatros, parques ecológicos entre outros.

O intuito é garantir que os espaços urbanos que sejam dedicados as atividades de lazer, possam garantir uma vivência lúdica em favor da sociedade, que possam ser caracterizados por suas manifestações recorrente ao seu próprio tempo e espaço e o turismo se interligue através de um possível vínculo que capaz de desenvolver um aspecto econômico e de importância social a comunidade receptora.

3.2. Espaço urbano X atividade turística

As cidades configuram elementos que representam sujeitos que atuam como agentes transformadores e que possam reordenar suas dimensões e transforma-las em comum acordo com as necessidades e movimentos de uma comunidade. Além de estabelecerem uma constante construção de cunho social e cultural, através da ordenação de espaços urbanos. De acordo com Milton Santos (2006, p. 34) a ideia de espaço é formada através de

[...] objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo.

O autor assinala que tais técnicas trabalham na percepção do espaço através das condições que são oferecidas “para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem” (SANTOS 2006, 34). Da mesma forma a formulação do espaço pode ser visto através de ações e/ou segmentações de atividades sociais e econômicas, servindo como um acréscimo em seu desenvolvimento de relações na produção urbana.

Nesse sentido, o espaço passa a ser visto como um fator relacionado a evolução, diante de um fator de evolução social. Segundo Milton Santos (2006) a sociedade estabelece um conteúdo com o intuito de intensificar a realidade física, buscando através de seus objetos sociais ações que possam impor um novo valor, colocando a cidade como um produto que faz parte do espaço. Desse modo, organiza-se um espaço urbano.

O espaço urbano pode ser caracterizado através de uma representação das mais diversas áreas contidas em uma cidade e suas mais variadas funções: comercial, residencial, de serviços, de entretenimento e outros. Nesse sentido, a formulação de espaço urbano carrega um discurso articulado a cidades capitalistas:⁵

⁵ Espaços físicos e sociais ricos e dinâmicos especializados em mercadorias e serviços do espaço urbano capitalista, “que se torna uma mercadoria, onde cada área é vista como investimento, como estratégia de valorização ou desvalorização do capital” (PUSTRELO, 2014, p. 60).

O espaço urbano não é construído por/para um sujeito apenas, mas por/para muitos e estes apresentam olhares identitários singulares, de formação específica, ocupação profissional, origem étnica e diversidade social e, portanto, interesses e necessidades. Devemos estar atentos, pois vivemos em um mundo repleto de falsos conceitos e expectativas sobre as culturas e comunidades às quais não pertencemos (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 382).

A consolidação do espaço urbano é constante e provoca inúmeras mudanças tanto no sentido físico, quanto no sentido de mudanças urbanas sociais, pois o elo de construção e reordenação ocorre através da comunidade local e suas acelerações em acordo com a globalização e a produção do mercado capitalista. Convertendo um parecer mais globalizado e ordenado com a construção de uma hierarquia de valores sociais.

O espaço urbano “é concomitantemente fragmentado e inter-relacionado, ou seja: cada uma de suas áreas estabelece relações com as outras, mesmo que de maneira muito variável” (PUSTRELO, 2014, p. 58). A produção através da relação entre as áreas que compõe um espaço urbano resulta na reorganização espacial que se faz uma incorporação de novas áreas, além de uma renovação urbana e a determinação social e econômico nas áreas de uma cidade (CORRÊA, 2004).

As dinâmicas das formulações dos espaços urbanos remetem aos esforços para reorganizar as formas de circulações e favorecer a vida social, através dos espaços públicos. Desse modo, “o espaço público apresenta funções básicas de dar forma ao conjunto da cidade, garantindo trajetos e elementos de continuidade entre as áreas urbanas, além de ordenar as relações entre os edifícios, equipamentos, monumentos, vias, espaços de transição e espaços abertos em cada área da cidade”. (ALVARO, 2019, p. 11). Figueiredo (2008, p. 81) amplia essa análise argumentando que

O espaço público, visto como uma área de sociabilidade e lazer indispensável à vida nas cidades, e muitas vezes, agregando valores da natureza, está em oposição ao restante do urbano, com o concreto em demasia, sistemas econômicos de produção etc. Assim, os espaços públicos caracterizados pela circulação, comunicação, lazer e sociabilidade têm sido alvos de intervenções do planejamento urbano, do lazer e do turismo das cidades, geralmente com a premissa de proporcionar qualidade de vida à população.

O espaço público vem com a função de visibilidade social, afim de deliberar uma facilidade no acesso, ao contrário do que ocorre em espaços privados que poucos tem um acesso liberado e facilitado. Nesse sentido, o uso através da

sociedade objetiva a utilização “pelos atores sociais, ou seja, das práticas que possa escolher, que torna possível ou até favorece, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas:

O conceito de espaço público é relativamente recente, nos séculos XVII, XVIII e XIX, quando se fala em vida familiar, em vida privada, ou no alojamento, nunca se lhe opõem uma noção genérica de espaço público, mas sim a rua, a praça, as igrejas, os jardins, os mercados, as feiras, as festas e as manifestações (MATOS, 2010, p.18).

O aumento dos movimentos que aconteciam nas ruas e o desenvolvimento recorrentes nos centros urbanos, a qualificação de espaço público passou a ganhar magnitude através dos reajustes no aparecimento de novas sociabilidades para o desenvolvimento de novos espaços que “a primeira função que o distingue do espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio, todos o podem usar com os mesmos direitos” (MATOS, 2010, p. 20). De acordo com Soriano (2016) o espaço público pode ser analisado através de campos teóricos, contendo diferentes simbologias:

Se analisado em seu viés filosófico, o espaço público está associado à idéia de expressão do pensamento, do exercício da construção do discurso, ligando seu significado à prática da democracia. Se analisado na definição sociológica, por sua vez, o espaço público se caracteriza, fundamentalmente, por ser o espaço do encontro entre os indivíduos de uma mesma comunidade [...]. Na concepção política, o espaço público é definido acerca dos conceitos de propriedade e apropriação, diferenciando-se estruturalmente dos espaços privados, possuindo como “administrador” o poder público. Já no campo urbanístico, o espaço público se apresenta como espaços abertos definidos no desenho da cidade (SORIANO, 2016, p. 43).

O espaço público pode ser entendido como uma busca por áreas físicas que sejam destinadas a atividades de interlocução social e que sejam originadas para a distribuição do tempo livre social. Procurando se modificar e potencializar seu próprio espaço, no dever de privilegiar atividades que estejam interligadas a ações que produza o sentimento de realização das necessidades humanas e que não sejam ligadas a dimensões trabalhistas.

Cunha (2003) defende que os espaços públicos são necessários e de vital importância dentro de um ambiente urbano, podendo agregar significados de qualidade aos meios urbanos, favorecendo através de condições técnicas, de condições de cunho ambiental e sanitárias e de condições de convívio e lazer. Tais condições são acrescentadas através do uso, da salubridade e relação social.

[...] Portanto, para cumprir suas funções sociais, o direito à cidade significa garantir a todos os cidadãos, indistintamente, coletiva e individualmente, o

direito ao meio ambiente, à moradia, à terra urbana, ao saneamento, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (CARAVELAS; BAHIA, 2010, p. 25)

A apropriação dos espaços públicos pode ocorrer através de conflitos entre a comunidade e empresas privadas, tendo em vista que elas são produtoras de interesses e percepções para uma regulamentação do local público (SANTOS, 2006). Ocorre assim, uma transformação do espaço em produto de consumo, reforçando a ideia de privatização do espaço e os equipamentos que o compõe passam a ser vistos como mercadorias:

[...] O aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura adequada, gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado, as áreas centrais, ou os chamados polos nobres, concentradores de benefícios, e de outro a periferia, com seus bolsões de pobreza, verdadeiros depósitos de habitações. Mesmo quando nesses espaços estão localizados equipamentos tais como shopping centers, a população local, geralmente, não tem acesso privilegiado a eles". (MARCELLINO, 2008, p. 15).

Verifica-se que um dos elos que interligam a privatização dos espaços que na maioria dos casos é a falta oriunda de segurança, nessa situação, torna-se mais visível a "negligência do poder público diante das políticas públicas de lazer [...] e crescente número de investimentos feitos pela iniciativa privada, enquanto os espaços públicos se encontram, em algumas áreas das cidades, em condições ruins de uso". (CARAVELAS e BAHIA, 2010, p. 27)

Através dos conceitos empregados, pode-se dizer que a importância dos espaços públicos ultrapassa os limites de conceito teórico e se estabiliza na prestação de funções que devem ser estabelecidas, exercidas pela sociedade em prol de um convívio fora dos setores que representam um ambiente trabalhista e/ou de rotina. Os espaços públicos podem identificar uma produção de bem-estar social, independentemente, do propósito real.

Entende-se que a população necessita de espaços que possam originados para a formulação de seu processo de descanso, onde o lazer possa se interligar diretamente como uma manifestação que necessite de um espaço privilegiado para a atuação da sociedade, mas o que ocorre de fato, é a apropriação de tais espaços que na maioria deveria ser de dependência pública, são dominados por uma forma desigual, sendo classificados por barreiras interclasses sociais.

O turismo pode implicar em uma reorganização da sociedade, capaz de salientar a formulação de novas normas e diretrizes no convívio social, pois permite

que a comunidade estabeleça uma importância diante dos espaços de lazer permitindo que haja um “ponto de encontro, de convívio, de (re)descobrir o “novo” e o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências” (SIMÕES, 2016, p. 158).

O turismo urbano acontece através dos elementos fundamentais que compõe uma cidade. E dentre os citados encontra-se o espaço. Partindo disso, os turistas são atraídos a cidades com o intuito de descobrir e usufruir de tudo que está a oferecer, até mesmo a vivência da própria comunidade que a compõe, acarretando o sentido que a cidade passa a ser um produto diante de uma base econômica:

O turismo é uma das atividades em que os aspectos territoriais assumem tal importância que não pode ser excluído de nenhuma análise como um fator social relevante. O turismo é um consumidor do espaço, e a referência a este é permanente, pois o turista desloca-se do espaço de sua residência para outro em que permanecerá durante algum tempo; por outro lado há o espaço onde ocorre o deslocamento de um ponto a outro. Desse modo, podemos considerar a existência de três espaços fundamentais para ocorrer o fenômeno turístico e que dependem do agente fundamental do turismo, o turista: o espaço de origem do fluxo de visitação, o espaço onde ocorre o deslocamento do fluxo de visitantes e o espaço de destino do fluxo de visitantes (DIAS, 2003, p. 61).

A atividade turística através da relação com o espaço urbano (público ou privado) passa a gerar um processo de turistificação⁶, onde a necessidade de otimização do espaço é caracterizada pela globalização eminente e apropriação e uso dos espaços para o desenvolvimento de suas atividades. Com isso, as transformações espaciais ocorrem com o intuito de determinar o uso em qualificações mercantis do turismo, com inúmeras possibilidades de interpretação no processo de “transformação ligado ao turismo que remete à ideia de criar na cidade espaços para serem *consumidos* como produtos turísticos[...]” (MURTA, 2008, p. 6).

Deve ser considerado que as transformações em um espaço urbano precisam ser acompanhadas de diálogos consistentes entre os órgãos públicos/privados e comunidade, para que ocorra um desenvolvimento para ambas as partes, garantindo que a implantação do turismo em espaços urbanos sejam determinados através de planejamento e implantações significativas dos setores que compõe uma sociedade, tais como: poder público e privado, comunidade que está

⁶ “Transformações de uma área específica da cidade em função do turismo, seja para o turismo ou pelo turismo”. (MURTA, 2008, p, 8)

inserida no meio urbano e o terceiro setor, como uma forma de descentralização em um sistema total de desenvolvimento:

O turismo é uma atividade que produz e consome espaço, ou seja, é responsável pela sua produção e transformação, e toda a sua complexidade é expressa pelas relações sociais e pela materialização, que compõe o processo de produção desse espaço (RAMOS, GANDARA, 2008, p.03).

Através desse significado de consumo, é importante ressaltar que a interlocução do turismo como transformador de um ambiente social e de um espaço urbano deve conter conteúdos que conduza tal forma de consumo através de políticas públicas que certifiquem a introdução positiva das atividades turísticas em detrimento do desenvolvimento social através dos espaços, que por sinal também são interligados a outras atividades que são de favorecimento ao bem-estar da comunidade, como o lazer:

Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. [...] As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais”. (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

As políticas públicas direcionam atividades relacionadas a sociedade, com intuito de implementar o sentido de desenvolvimento ordenado, depositando o direito as mediações sociais, com ações capazes de atender as demandas de necessidades. O lazer, por exemplo, assegurado por lei é percebido através de políticas públicas, que gratificam a importância de tal atividade na percepção da comunidade, levando ações que possam enfatizar ações voltadas as práticas de lazer ao positivo desenvolvimento urbano.

3.3. As políticas públicas de lazer

O desenvolvimento urbano ocorre através de diversos fatores e atividades que são relacionadas a aspectos sociais, econômicos, físicos e históricos de uma sociedade. Com isso, normas e diretrizes são essenciais para que ocorra uma objetividade nesse processo de desenvolvimento integrado e sustentável.

As políticas públicas desenvolvem ações em uma esfera de poder político, com o objetivo de formular e avaliar movimentos que possam ser de interesses de uma população, com o intuito de diminuir as dificuldades e construir propostas articuladas as políticas de desenvolvimento e possibilidades de espaços na construção de uma municipalização e descentralização social:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. (TEIXEIRA, 2002, p. 02)

A elaboração de políticas públicas passa a definir através de elementos os resultados e/ou benefícios elaborados através de um debate onde a sociedade seja primordial nas discussões estabelecidas através da formulação das ações e a utilização dos mecanismos legais, para que a sociedade possa ser integrada nas ações do governo e que não sejam prejudicados pelas ações de indivíduos e/ou organizações.

De acordo com Dias e Matos (2012) as políticas públicas trabalham na concretização dos direitos que estão expostos em lei constitucionais, com o dever de estabelecer estratégias que resultem na solução de problemas públicos e/ou na obtenção de um bem-estar social predominante.

As políticas públicas devem levar em consideração os aspectos sociais, principalmente, na diversificação de suas necessidades com o intuito de garantir de forma correta os direitos sociais⁷ assegurados pela Constituição Federal. Nesse sentido, a sociedade deve exercer um papel mais ativo e propositivo junto ao estado

⁷ Artigo 6º da redação dada pela Emenda Constitucional nº 90 de 2015 (BRASIL, 2015).

no controle e avaliação das ações que são articuladas para o processo das atividades e organizações referente ao processo de estruturação social (TEIXEIRA, 2002).

A sociedade brasileira reconheceu o lazer como um benefício público quando aprovou esse direito como fundamental à vida humana na Constituição de 1988, em que ele passou a compor o quadro dos direitos básicos, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia, assistência social etc. Neste sentido, a sua oferta a todos e todas é uma condição imperativa, uma vez que tal direito a exemplos dos outros, tem a prerrogativa de ser garantido à sociedade brasileira indistintamente do poder aquisitivo, da localização regional, e/ou quaisquer outros aspectos culturais que diferenciam as pessoas (SANTOS, 2010, p. 50).

O lazer sendo assegurado através dos direitos sociais, deve ser entendido através da necessidade de criação de políticas públicas, que sejam facilitadoras e proporcione na transformação da vida social. A formulação das políticas públicas de lazer implica na relação entre a população e o poder público para formular soluções que sejam propícias para o desenvolvimento dos espaços nas cidades em prol do lazer.

De acordo com Marcellino (2006) o poder público deve criar novos equipamentos e espaços, para que possa gerar uma maior disponibilidade de acesso às atividades de lazer. O sentido a ser criado é uma democratização do espaço para que ocorra uma diminuição na privatização do mesmo, o poder público deve concentrar em como a sociedade visa na utilização dos espaços urbanos em seus momentos de tempo livre.

As políticas públicas de lazer devem colocar os espaços de lazer “como multifuncionais e são adequados a qualquer interesse cultural, podendo ser utilizado pelos indivíduos em seus diferentes aspectos” (SILVA, E. et al, 2009, p. 3). Pois os estes espaços são eixos essenciais para a formulação necessárias das políticas de lazer, estabelecendo valores sociais e econômicos:

Aproximar o poder público da população, ou possibilitar que as comunidades se organizem de forma autônoma para que possam, em conjunto, definir suas metas, é uma tarefa que, via de regra, não interessa de imediato às administrações públicas. Caberia, no caso de uma prefeitura municipal, a constituição de um corpo técnico multidisciplinar, reunindo profissionais de várias áreas, para propor políticas setoriais e formar técnicos e lideranças comunitárias para atuarem no planejamento e execução de políticas públicas setoriais de lazer (HECKTHEUER, et al., 2009, p. 11).

A associação de políticas e lazer trabalha no gerenciamento as atividades e espaços de lazer como mecanismo que a administração pública municipal na comunidade e na valorização de seu tempo livre, podendo relacionar o lazer em prol

do uso público em virtudes de um processo de desenvolvimento social em concordância com a administração pública, junto aos órgãos de classe e outros setores constituídos da sociedade civil (MARCELLINO, 1996).

A administração de políticas públicas de lazer incentiva no aproveitamento correto dos recursos humanos, físicos e materiais de valor público, nos quais passam a ser relacionados nos investimentos em espaços de lazer, tais como: praças, quadras esportivas, contratação de funcionários ligados ao lazer e eventos ocorridos na localidade.

Nesse sentido, a formulação de uma secretaria municipal que seja relacionada ao lazer e os investimentos na elaboração e execução das políticas públicas de lazer, se torna eficaz nas execuções das ações que se trate do lazer “como uma demanda social de primeira necessidade, como direito social que lhe é atribuído” (HECKTHEUER, *et al.*, 2009, p. 21).

As competências do município em relação as políticas públicas do lazer são atribuídas em uma esfera de desenvolvimento urbano, que passa ser configurado através do Plano Diretor municipal, que estabelece regulamentações das principais das diretrizes que elabore, valorize e avalie o desempenho público-político de um espaço urbano, onde o lazer é considerado como parte da configuração total do espaço urbano.

No processo de elaboração do Plano Diretor devem ser analisadas as transformações em processo no município e suas consequências a curto e médio prazo. Todos os municípios acima de 20 mil habitantes a partir de 2006 foram obrigados a terem seus Planos Diretores elaborados e aprovados. Na sua elaboração como na sua revisão ele deverá ser elaborado pela sociedade civil organizada, representada pelas suas entidades, sendo claro e participativo, visando suprir às necessidades dos munícipes em sua totalidade (BARANDÃO, 2009, p. 50).

Moreira (2008) formula que o Plano Diretor tem por finalidade a orientação do poder público em formulação de uma construção participativa na elaboração e avaliação dos serviços públicos que são considerados essenciais na melhoria das condições de vida da população. Acrescenta-se que o “Plano Diretor é construído a partir da reflexão do município que queremos cotejando-o com o que, de fato, temos, traçando a partir de esse pensar as metas e estratégias para alcançar esse novo município” (BARANDÃO, 2009, p. 50).

A Lei Federal Nº 10.257⁸, de 10 de julho de 2001 contém diretrizes voltadas ao desenvolvimento urbano nos municípios brasileiros, com o intuito de caracterizar políticas urbanas atribuídas ao que deve ser de importância para o desenvolvimento apropriado da comunidade. Validando a existência de espaços públicos e equipamentos que sejam voltados ao lazer. O Estatuto da Cidade configura o Plano Diretor como:

Um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O objetivo do Plano Diretor não é resolver todos os problemas da cidade, mas sim ser um instrumento para a definição de uma estratégia para intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo também de base para a gestão pactuada da cidade (BRASIL, 2002, p.40).

O acréscimo do lazer no Plano Diretor de um município conduz a um planejamento da atividade, pois a elaboração do plano resulta em um documento técnico que representa as políticas públicas de lazer, com o sentido de organização espacial de um espaço urbano, que na maioria dos casos consiste em espaço abandonados que no exercício do desenvolvimento poderiam ser recolocados na sociedade como espaços públicos de lazer.

Através da implementação correta das políticas públicas de lazer, as ações previstas devem visar a descentralização, evidenciando, proporcionar cada vez, mais políticas efetivas que aprofunde o desenvolvimento urbano, ampliando o bem-estar social e diminuindo as desigualdades. Verifica-se que a maioria das cidades não são compostas por acomodações para o lazer público ou até menos o quadro de secretarias municipais não é composto por um órgão especializados nas atividades de lazer, nesse sentido as disposições do lazer são disputadas por iniciativas privadas, prevalecendo a rejeição de uma boa parte da população. Soares Neto (2018, p. 104) defende que

Cabe as entidades representativas da população cobrar as secretarias responsáveis de cada Estado e município, para que façam cumprir as políticas públicas de lazer, de maneira que a maior parte da população usufrua do direito. [...] devem discutir e propor ações aos governantes e; ao

⁸ Lei denominada Estatuto da Cidade, que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade me prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (BRASIL, 2001)

mesmo tempo cobrar a implantação e o cumprimento de políticas voltadas ao lazer.

É importante essa aproximação da esfera pública junto à sociedade, com o simbolismo de consolidar o lazer como uma atividade inteiramente social, visando a humanização e uma administração mais ampla e descentralizada. No mesmo sentido, o lazer sendo interligado as políticas lazer com a ideia de valorização social e participação social, outras atividades de cunho social, também podem ser interligadas a intervenção do poder público.

O turismo, como descrito, estabelece uma inter-relação com o lazer e necessita do mesmo modo de políticas públicas que possam estabelecer normas de controle quando inserido na comunidade, afim de, deliberar a atividade forma positiva. Com isso, o turismo deve integrar o processo de formulação de políticas públicas de lazer, no sentido de contribuir para o desenvolvimento comunitário. Neste caso seria um turismo voltado

[...] Para o crescimento das pessoas, da sua relação com as culturas, com o ambiente, com outras pessoas, ou seja, não deveria resumir-se a simples oferta de pacotes maravilhosos para atrair pessoas de outros lugares, seria preciso que as pessoas do lugar se sentissem parte dele, e para isso, considero fundamental que o conheçam (CRUZ, 1999, p. 6).

Faz-se necessário entender o turismo além das características econômicas e traduzi-lo em atributos que visam a atividade como um percussor da melhoria de vida e que desenvolva de início ações articuladas as populações que vão receber o turismo. Nessa perspectiva o turismo e o lazer encontram-se em prol de um desenvolvimento proporcionado a comunidade.

O planejamento urbano através das políticas públicas analisa o espaço urbano como um campo do lazer que exige a ocorrência de uma a compreensão de todos os agentes envolvidos por ser um objeto de estudo que exige análises específicas, e que pode ser realizado por políticas, por meio de investimentos do setor público para elaboração de maiores pesquisas, que possibilitarão ações que atendam à sociedade moderna, a qual está dando uma nova atenção ao lúdico e no contexto em que o lazer passou a ser um item no rol das necessidades das civilizações e dos direitos dos indivíduos (CASTRO e CASTRO, 2015).

Para que o espaço público seja um espaço de vivências democráticas de lazer é necessário que este seja planejado e construído de forma que possibilite acesso a um maior número de pessoas, de diferentes grupos da sociedade (diferentes classes, gêneros, faixas etárias etc.). Sendo assim, é necessário primeiramente que o lazer seja compreendido como um direito social, garantindo, então, o espaço público como uma importante

ferramenta de usufruto do lazer na cidade (CARAVELAS e BAHIA, 2010, p. 27).

A relação existente entre o lazer e espaços ocorre através das manifestações de necessidade de um indivíduo e/ou comunidade e para que isso ocorra se faz necessário a formulação de locais que possam ser destinados a práticas sociais e físicas no período ocioso pessoal. Marcellino (2008) identifica que se faz exigência de uma democratização do espaço para que ocorra uma efetivação das características do lazer, tendo como necessidade uma verificação à relação lazer/espaço devido ao crescimento constante e acelerado das cidades.

Nesse sentido, o lazer e o turismo contribuem como base nas organizações das políticas sociais, pois uma atividade pode ser relacionada a outra em aspectos de necessidade social, permitindo que ocorra contribuições nas diretrizes de formulação das políticas públicas nos planos diretores municipais. Promovendo assim, o melhor aproveitamento dos tempos livres e o desenvolvimento imposto pela atividade turística.

Portanto, as políticas públicas de lazer devem promover o diálogo de importância do lazer em sociedade, incluindo as perspectivas de que os espaços de lazer, dentro de um cenário político, estabeleçam uma dinâmica de sociabilidade e de progresso de planejamento urbano.

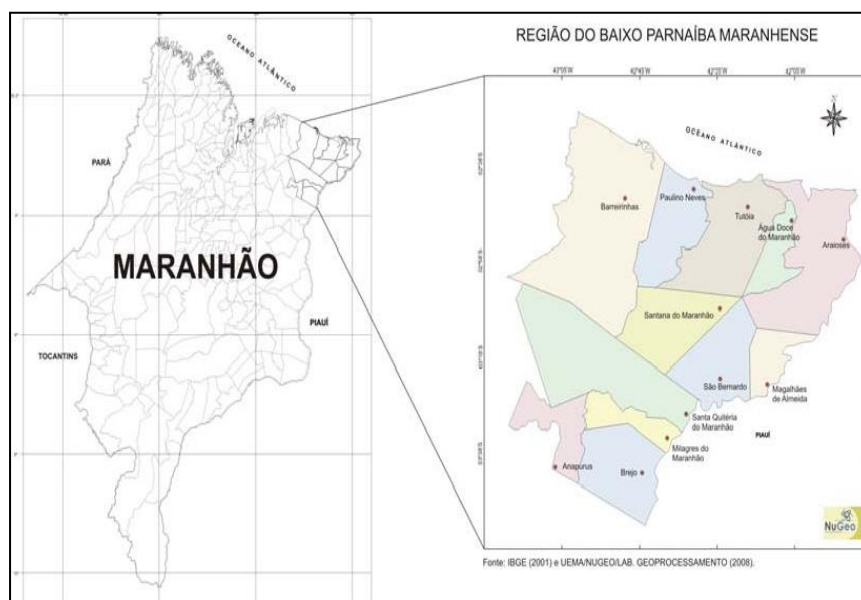
No capítulo a seguir, o município de São Bernardo (MA) é o foco de estudo. Para tanto, apresenta-se a sua história e os espaços de lazer existentes para em seguida apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada com o objetivo de conhecer a opinião da comunidade sobre lazer no espaço e atividade turística.

4 OS ESPAÇOS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE LOCAL

4.1 Caracterização da área de estudo

O município de São Bernardo está localizado a 370 km da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, numa região denominada Baixo Parnaíba Maranhense (Figura 2). Em relação ao perfil socioeconômico, conta com uma população de 26.480 habitantes, sendo que destes, 11.800 hab. situam-se na zona urbana e 14.680 residem na zona rural. Sua economia baseia-se nas atividades agropecuárias, extrativistas e nos setores de construção civil, comércio e serviços (IBGE, 2010).

Figura 2: Localização da região do Baixo Parnaíba Maranhense.



Fonte: IBGE (2000).

O potencial turístico é materializado pela movimentação de excursionistas de cidades próximas que transforma a paisagem urbana ressignificando com a presença de hotéis, bares e restaurantes. Essa dinâmica é resultado do interesse dos moradores e empreendedores da região em se beneficiar economicamente da atividade turística que já ocorre em municípios próximos como Tutória e Paulino Neves. Em meio a este cenário, ações vêm sendo implantadas com o objetivo de

dotar a cidade de estruturas voltadas às atividades recreativas, esportivas e artístico-culturais.

Considerando o potencial turístico de São Bernardo percebeu-se que o município apresenta características próprias e, paralelamente, busca manter a sua individualidade. Reveste-se de um caráter cultural e espacial em que se refletem as ações do poder público local em incentivar as experiências de lazer e organizar o espaço para a recepção de visitantes e excursionistas. Torna-se ainda cenário de relações sociais tradicionais e emergentes, lócus do sentimento de pertença da comunidade que cria uma identificação e um sentimento de apreço em relação a esse espaço urbano e ao seu entorno e, ao mesmo tempo, de estranheza em relação ao papel a ser desempenhado com as possibilidades que podem advir com o turismo.

4.1.1 Os espaços de lazer de São Bernardo

Dentre os espaços de lazer existentes no município destacam-se a praça 29 de Março, conhecida como praça de Eventos, o Complexo Balneário Rio Buriti, o Balneário Venescau e o Alto Clube. Na praça de Eventos realizam-se atividades culturais e eventos públicos, tais como os festejos juninos e shows com artistas populares. Nela encontram-se alguns equipamentos de lazer como rampas, bancos e quadra esportiva (Figura 3 e 4).

Figura 3 e 4: Praça 29 de Março ou praça de Eventos.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Diferentes atores sociais interagem neste espaço: grupos de crianças e jovens, adultos e idosos. O local encontra-se conservado e é frequentado por um público jovem pertencente às classes média e baixa. Frequentemente é utilizado para passeios ao ar livre, atividades de contemplação e conversas entre vizinhos, realização de caminhadas, jogos competitivos e práticas de exercícios físicos. Nesses momentos, a praça é sentida como *lócus* de compartilhamento de experiências, troca cultural e práticas de sociabilidade. Conforme expõem Garcias e Bernardi (2008, p.12):

Os espaços de recreação, do encontro, do contato social, entre os moradores do ambiente urbano, são importantes para a realização integral do ser humano. São geralmente nestes contatos que nascem os relacionamentos humanos em todas as esferas, desde a familiar até as amizades, a solidariedade, o sentimento de unidade, de grupo. A universalização dos ambientes de lazer, acessíveis a todos os segmentos sociais, de acordo com suas características, costumes, tradições e necessidades, é que fazem da função lazer uma função social.

De acordo com os autores, os espaços de recreação são espaços onde os laços de pertencimento e o sentido de lugar são construídos, a cidade passa a ter um significado e se associa às vivências particulares dos atores sociais. São nas interações sociais presentes nos espaços públicos que se alicerçam as redes de solidariedade e os laços de coesão comunitária. Evidenciou-se que os moradores possuem uma relação de afetividade em relação a este espaço de lazer.

A praça de Eventos também é apropriada pelos moradores por meio do comércio informal, com a alocação de barracas e outras estruturas para a venda de gêneros alimentícios durante os períodos festivos – carnaval, São João e aniversário da cidade. Nesses casos, ela simboliza também um espaço de complementação da renda e melhoria da qualidade de vida.

Outro espaço de lazer é o complexo Balneário Rio Buriti. Trata-se de uma área que foi requalificada pelo governo municipal e cedido à iniciativa privada. Dispõe de restaurante, quadra de esportes, pista de corridas, sendo frequentado por moradores e eventuais visitantes (Figura 5 e 6).

Figura 5 e 6:Complexo Balneário Rio Buriti.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A comunidade local utiliza o espaço para a realização de atividades ao ar livre e esportivas: caminhadas, atividades físicas, campeonatos esportivos como vôlei e futebol. No período noturno, o balneário é frequentado por um público de poder aquisitivo médio e alto, atraído pelas atividades culturais e de entretenimento. Em relação às possibilidades de acesso destacam-se os preços elevados dos produtos comercializados, os quais tendem a limitar a frequência de utilização deste espaço por parte de determinados segmentos sociais.

Essa questão levanta reflexões sobre como as cidades contemporâneas organizam-se e o acesso e o usufruto dos espaços públicos para as vivências dos moradores. “o direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades, cada vez mais ao seu gosto” (HARVEY, 2008, p.86).

Apesar de configurar um espaço público de lazer, observou-se que o Balneário se restringe a determinados segmentos sociais obedecendo à lógica de mercado. Os moradores dos bairros afastados ou aqueles que residem na zona rural não usufruem da área com regularidade, salvo quando são programados eventos ou apresentações artísticas. Conseqüentemente, ocorrem barreiras à livre manifestação das práticas e experiências de lazer por parte da comunidade, ensejando um processo de privatização do espaço público ou semipúblico (SERPA, 2009).

No tocante aos usos turísticos destes espaços de lazer, constatou-se que a presença de visitantes e excursionistas ocorre de forma esporádica, sobretudo nos eventos juninos e nas festividades religiosas. Porém, este movimento já provoca mudanças nas formas de percepção dos moradores em relação à livre manifestação

de suas experiências de lazer. O turismo implica numa reorganização das estruturas urbanas e patrimoniais, sendo capaz de incentivar a formulação de novas normas e diretrizes no convívio social.

A atividade permite ainda que a comunidade estabeleça uma importância diante dos espaços de lazer permitindo que se estabeleça um “ponto de encontro, de convívio, de (re)descobrir o “novo” e o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências” (SIMÕES, 2016, p.158).

Atenta-se para outro espaço de lazer no município, o Balneário Venescau (Figura 5). O Balneário localiza-se à beira do rio que corta a cidade, e se apresenta como uma área aberta e de acesso gratuito, que tem como principal atividade a contemplação da natureza e o banho de rio. É local de contemplação social, principalmente aos fins de semana.

Figura 7 e 8: Balneário Venescau.



Fonte: Silva Neto (2021).

As atividades desenvolvidas estão relacionadas a um conteúdo cultural, como shows e eventos de pequeno porte e festas de aniversários e casamentos de uma forma mais privativa, com uma taxa para o uso do espaço. O Balneário apesar de ser de propriedade privada, funciona a partir do interesse de terceiros em usufruir daquele empreendimento como espaço de lazer.

Por sua vez, o Alto Clube é um espaço de lazer destinado a shows e eventos em geral, apropriado como local de realização de atividades culturais na cidade, principalmente no período do festejo religioso municipal, que ocorre no mês de agosto (Figura 6). O espaço é de propriedade pública e supervisionado pela Secretaria Municipal de Cultura.

Figura 9: Alto Clube



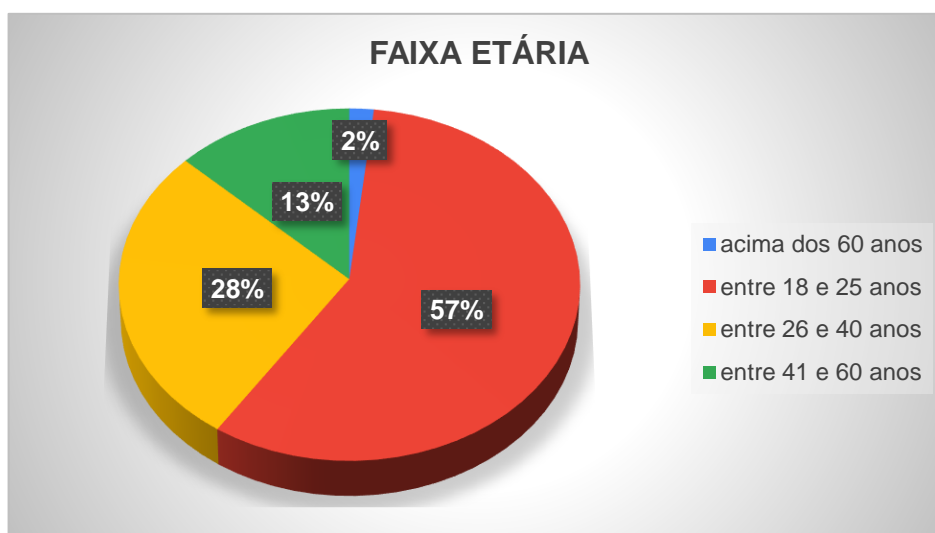
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Vale ressaltar que a maioria dos espaços descritos compõe de uma estrutura regular para o uso devido a partir das atividades que contemplem os momentos de lazer da população, tais como: rampas e facilidades de acesso, estruturas regulares para atividades físicas, como caminhada, corrida e contemplação da paisagem, iluminação e segurança.

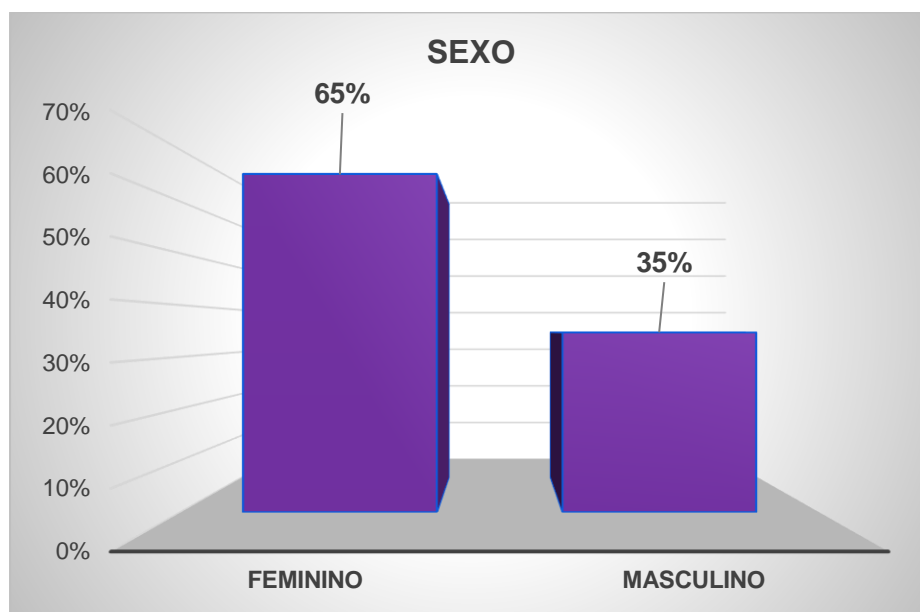
Diante do exposto, apresentam-se a seguir os resultados do levantamento de opinião realizado junto aos moradores do município tendo por objetivo identificar as suas percepções sobre o lazer, as práticas de lazer desenvolvidas no espaço urbano e como eles avaliam os espaços de lazer como potenciais atrativos para o turismo.

4.2 A opinião da comunidade sobre os espaços de lazer

Inicialmente, apresenta-se o perfil dos informantes a partir da caracterização de variáveis como faixa etária, sexo, tempo de moradia. No que se refere à idade dos informantes constatou-se que a sua maioria se encontrava na faixa etária de 18 a 25 anos (57%) e era predominantemente do sexo feminino (65%), conforme disposto nos gráficos 1 e 2.

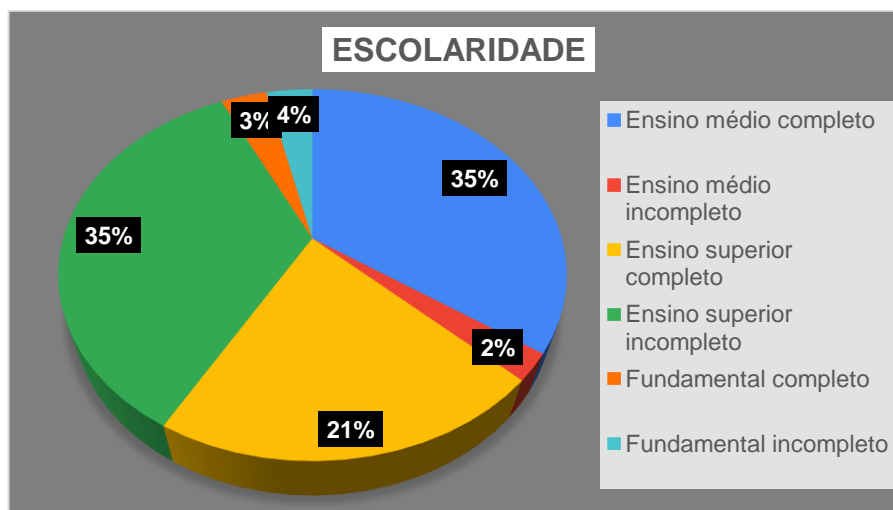
Gráfico 1: Faixa etária.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Gráfico 2: Sexo.

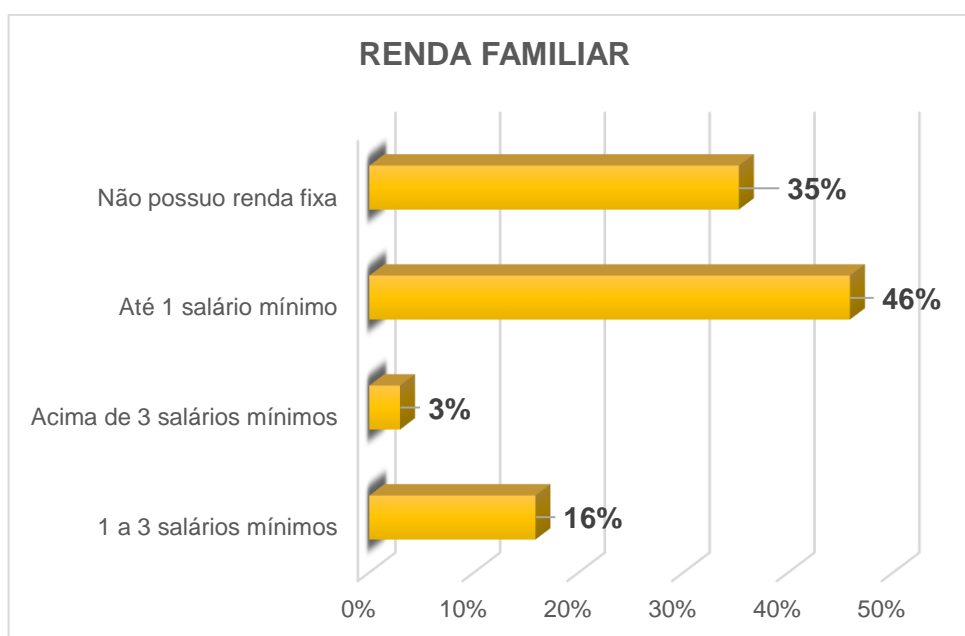
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No tocante ao grau de escolaridade (Gráfico 3), 35% dos entrevistados afirmaram ter concluído o ensino médio, 35% ainda estavam cursando ou não concluíram o ensino superior, seguindo de 21% que afirmaram possuir o ensino superior completo.

Gráfico 3: Escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

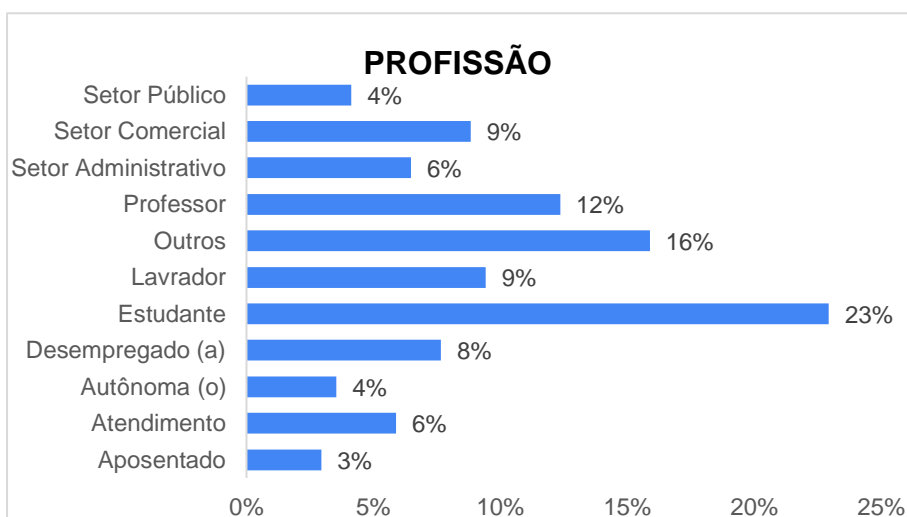
Em relação à renda familiar (Gráfico 4), a maioria dos informantes (46%) afirmaram receber em média até 1 salário mínimo, seguindo de 35% que não possuíam renda fixa e 16% que possuíam renda mensal variando entre 1 a 3 salários mínimos. Uma parcela reduzida (3%) assinalou receber acima de 3 salários mínimos mensais. Esses dados confirmam o perfil socioeconômico do município de São Bernardo, o qual se caracteriza por baixos índices de desenvolvimento humano, segundo o IBGE (2010).

Gráfico 4: Renda familiar.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

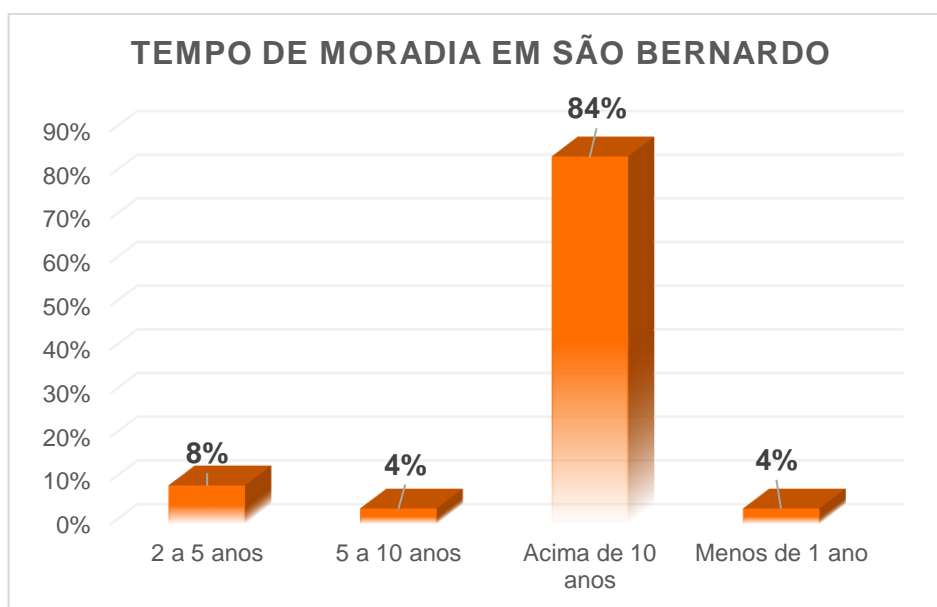
Dentre as principais ocupações profissionais indicadas destacaram-se a de estudantes (23%), professor (12%), trabalhadores do setor de comércio e lavrador (9%), atendentes/ técnico administrativo (6%), atuantes no setor público e autônomos (4%) e uma pequena parcela (3%) foi representada por aposentados (Gráfico 5).

Gráfico 5: Profissão.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao tempo de moradia, constatou-se que a maioria dos interlocutores da pesquisa (84%) moram no município há mais de 10 anos (Gráfico 6). Assim, a amostra da pesquisa foi composta por moradores que acompanharam as mudanças socioespaciais e culturais da cidade, bem como os avanços e os retrocessos em termos de políticas públicas voltadas para a área do lazer.

Gráfico 6: Tempo de moradia.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Após a caracterização do perfil dos informantes, o interesse da pesquisa voltou-se para identificar os sentidos e significados do lazer, bem como as vivências que ocorrem nos espaços de vida e de convivência sociocultural. Quando indagados acerca do que seria o lazer, os informantes associaram-no predominantemente à diversão, ao tempo livre e ao descanso, conforme nuvem de palavras abaixo (Figura 7), o que demonstra uma visão restrita da comunidade em relação a este fenômeno sociocultural.

Conforme ressalta Gomes (2008) o lazer é uma dimensão da cultura na qual além do divertimento e do descanso estão imbricados aspectos como a educação, a ludicidade e a sociabilidade. No entanto, prevaleceu a visão superficial de que o lazer se refere exclusivamente às atividades de escapismo, relaxamento e fuga do cotidiano.

Figura 10: Para você, o que é o lazer?



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A característica interdisciplinar do lazer implica a necessidade de promovê-lo como uma dimensão importante da dinâmica social a fim de que a comunidade o perceba não apenas como o conjunto de atividades exercidas no tempo de não trabalho, mas como uma oportunidade para o desenvolvimento de suas potencialidades sociais, cognitivas, artísticas e culturais. Conforme expõe Bramante (1998, p.11):

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada dentro de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade.

Apesar dos informantes apresentarem uma visão restrita sobre o lazer, todos o consideraram como um fenômeno importante que contribui para a formação dos sujeitos históricos. Tal posicionamento vai ao encontro das análises de Marcellino (2008) e de Gomes e Elizalde (2012) os quais entendem o lazer como uma necessidade humana, um fenômeno sociocultural que estabelece relações com o meio numa dimensão espaço/tempo específica e que se atrela ao bem-estar e à qualidade de vida do cidadão.

No tocante às atividades praticadas nos momentos no tempo livre (Gráfico 7) os dados demonstraram que a maioria dos moradores praticam o lazer

passivo, físico e social em seu tempo livre (68%), destacando-se com maior frequência: assistir tv, praticar atividades físicas e conversar/sair com os amigos. O descanso e o uso das redes sociais (*facebook, instagram, whatsApp*) emergem como possibilidade de usufruto do tempo livre para 9% dos informantes. Conforme discutido anteriormente, o universo do lazer é abrangente e contempla atividades manuais, artísticas, físicas, sociais, culturais, além de atividades realizadas nos espaços virtuais e extra cotidianos, no qual se insere a atividade turística.

Gráfico 7: Atividades realizadas no tempo livre.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

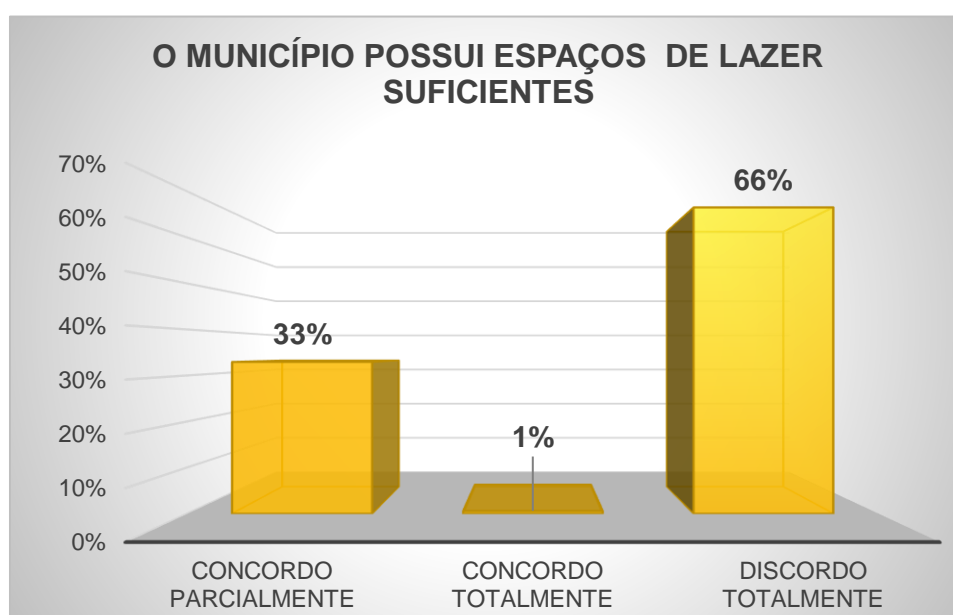
Pode-se observar que mesmo com um percentual menos expressivo, as atividades desenvolvidas com apoio das tecnologias, tais como acessar redes sociais foram apontadas como atividades de lazer. Isso acontece, pois, as novas tecnologias passaram a ser entendidas como uma possibilidade de interação social e a comunidade bernardense também se caracteriza pela virtualização das suas atividades de lazer.

Em se tratando da afirmativa de que o município dispõe de espaços de lazer para a comunidade (Gráfico 8), parcela significativa dos entrevistados discordou totalmente (66%) e apenas 1% dos informantes considerou que o município de São Bernardo oferece espaços de lazer suficientes para atender às necessidades da comunidade. Esse cenário encontra semelhanças com as análises

de Caravelas e Bahia (2010), os quais observam que os espaços específicos de lazer não são suficientemente distribuídos ou são apropriados de forma desigual pelos moradores. Os motivos que levam à não utilização destes pela comunidade, segundo os autores, estão associados à falta de conhecimento das pessoas; ausência de divulgação dos espaços; e à falta de programações e eventos para o acesso da população.

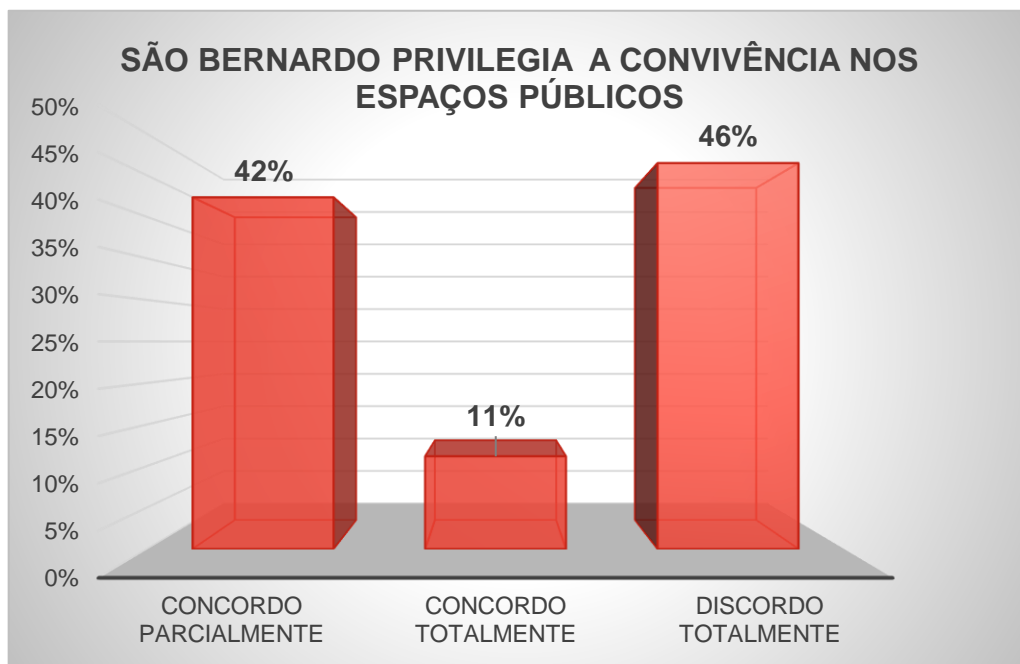
Ainda, os resultados da pesquisa evidenciaram a necessidade de revitalizar os espaços de lazer existentes por meio de projetos e ações a fim de aumentar a frequência de visitação, além de diversificar as opções de lazer, como por exemplo, estimular investimentos no lazer dos moradores da zona rural da cidade.

Gráfico 8: Existência de espaços de lazer no município.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com o objetivo de complementar a pergunta anterior indagou-se se São Bernardo era uma cidade que privilegiava a convivência nos espaços públicos. Apenas 11% dos respondentes concordaram com essa afirmação; a maioria (46%) discordou totalmente e outra parcela (42%) concordou parcialmente com este enunciado.

Gráfico 9: Convivência nos espaços públicos.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Desse modo, os moradores observaram que a cidade não se torna convidativa para as práticas de sociabilidade, salvo em momentos específicos como o festejo de São Bernardo e aniversário da cidade. Diante desse resultado, conclui-se que o espaço urbano não está, na visão dos moradores, cumprindo a função social de ser palco de encontro e de convívio, lugar de práticas culturais, de transformação e de vivências diversas (GOMES, 2004), lugar onde a vida se desenrola e ganha significado.

A redução das funções da cidade é analisada por Marcellino (2006), quando observa que “o espaço público vem perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo” (MARCELLINO, 2006, p. 61).

Para identificar a existência de laços de pertencimento entre os moradores e os espaços de lazer indagou-se se estes retratavam a história da cidade (Gráfico 10). Como resposta a este questionamento, 52% dos respondentes avaliaram que os espaços públicos de lazer presentes no município não retratam a história e não suscitam lembranças e sentimentos de apreço e afetividade em relação ao patrimônio urbano. Apenas 14% concordou com a afirmação de que os espaços de lazer retratavam a história da cidade (Gráfico 10).

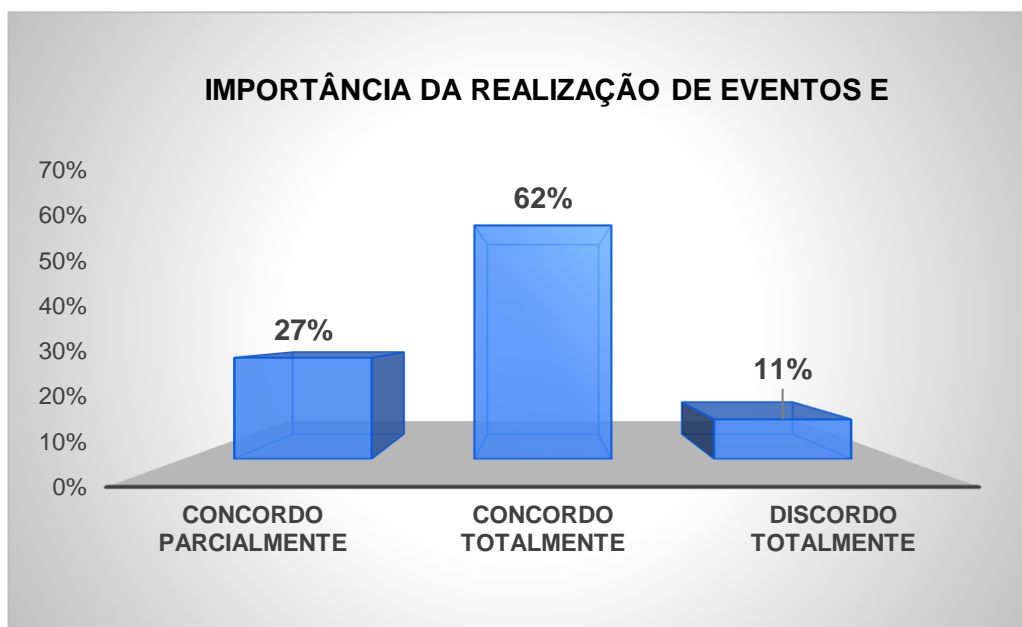
Gráfico 10: Os Espaços Públicos de Lazer retratam a história da cidade

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A partir do diálogo com Lefebvre (2000) e Santos (2006) compreende-se que a cidade materializa os processos históricos e sociais e possuem uma dimensão simbólica que remete à memória e a identidade do lugar. Tendo em vista o fato de que os moradores de São Bernardo não terem observado a relação entre espaço, memória e identidade, faz-se necessário a promoção de ações de educação patrimonial com o objetivo de propiciar a valorização dos elementos urbanos e estimular o sentimento de afetividade dos moradores com relação aos espaços da cidade.

A questão subsequente abordou se a realização de eventos (festas, shows, feiras populares) e de projetos seria importante para o lazer do morador. De acordo com as informações obtidas, a maioria dos questionados (62%) concordou totalmente em relação à importância de eventos destinados ao desenvolvimento do lazer do morador/comunidade (Gráfico 11).

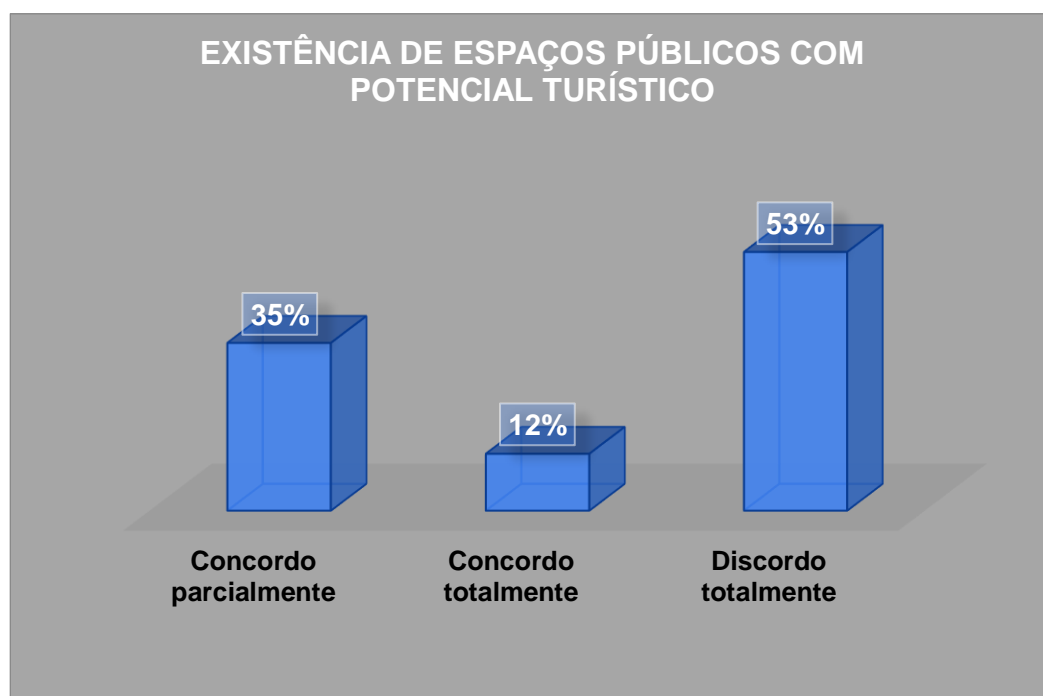
Gráfico 11: Importância da realização de eventos e projetos para o lazer.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Há que se destacar o papel dos eventos, sobretudo os culturais, na valorização do patrimônio cultural e na revitalização de áreas urbanas. Considera-se, com base em Marujo (2015), que os eventos comunitários são espaços sociais onde as memórias e as tradições são ressignificadas. Os lugares onde ocorrem os eventos, festas e celebrações comunitárias, tais como as praças públicas e os monumentos históricos, reatualizam a memória da comunidade e reforçam os laços de afetividade em relação aos espaços urbanos. Além disso, “[...] eventos que promovam a afirmação da identidade, da cultura, dos costumes e da memória das comunidades locais se tornam muito importantes para a conscientização da própria comunidade (KICH e MARONEZE 2015, p. 137).

No que se refere ao potencial turístico dos espaços de lazer, a maioria dos informantes (54%) assinalou que os mesmos não apresentam potencial para se tornarem atrações para eventuais visitantes; 12% concordaram com a afirmação e 35% posicionou-se parcialmente, conforme demonstra o gráfico 12.

Gráfico 12: Existência de espaços públicos com potencial turístico.

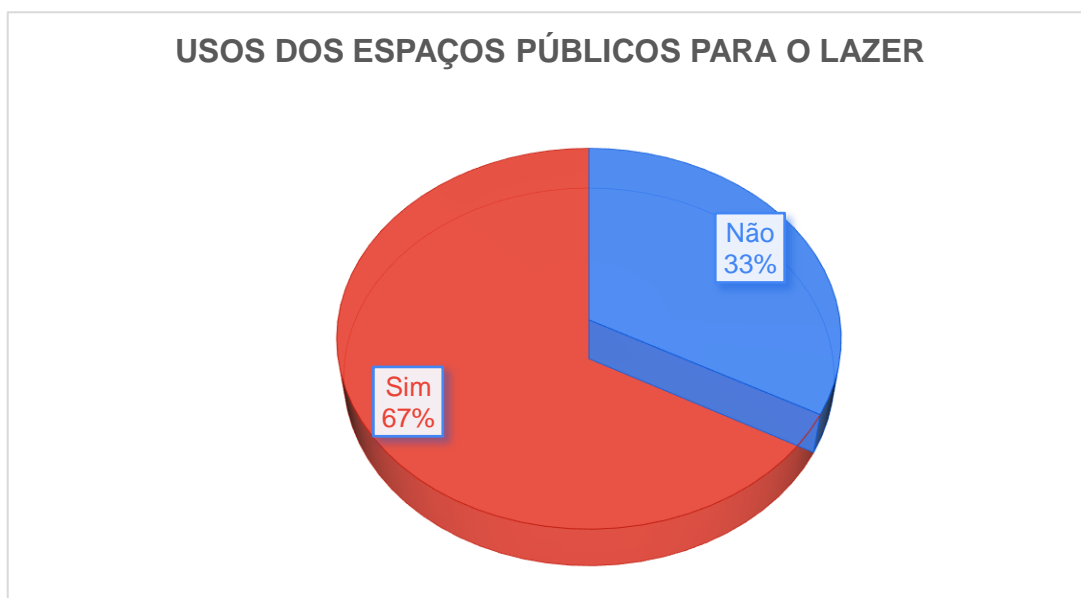
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Estas respostas conduzem importantes reflexões em torno da sensibilização da comunidade local para o turismo. Notou-se que os moradores não vislumbram o potencial turístico de São Bernardo, apesar da existência de recursos potenciais que podem a longo prazo serem organizados e estimular a visita turística na cidade. Ainda, o resultado obtido pode estar associado à falta de investimento público nos espaços de lazer em articulação com a atividade turística.

Consoante apontam Figueiredo e Nóbrega (2015), a atividade turística é uma prática dinâmica, complexa e relacional que se materializa sob a forma de experiências. Nas palavras dos autores, o turismo [...] é processo e ação caracterizado por elemento estável permanente: a experiência provocada pelo deslocamento (e não qualquer deslocamento). A viagem é o elemento básico que compõe o turismo, e a experiência produzida pelas dimensões deslocamento tempo e espaço (FIGUEIREDO e NÓBREGA, 2015, p.13). Embora não haja um planejamento voltado para o turismo em nível municipal, há a necessidade de estreitar o diálogo entre os fenômenos lazer e turismo com o intuito de diversificar as opções de lazer tanto para a comunidade, como para os potenciais visitantes e/ou excursionistas.

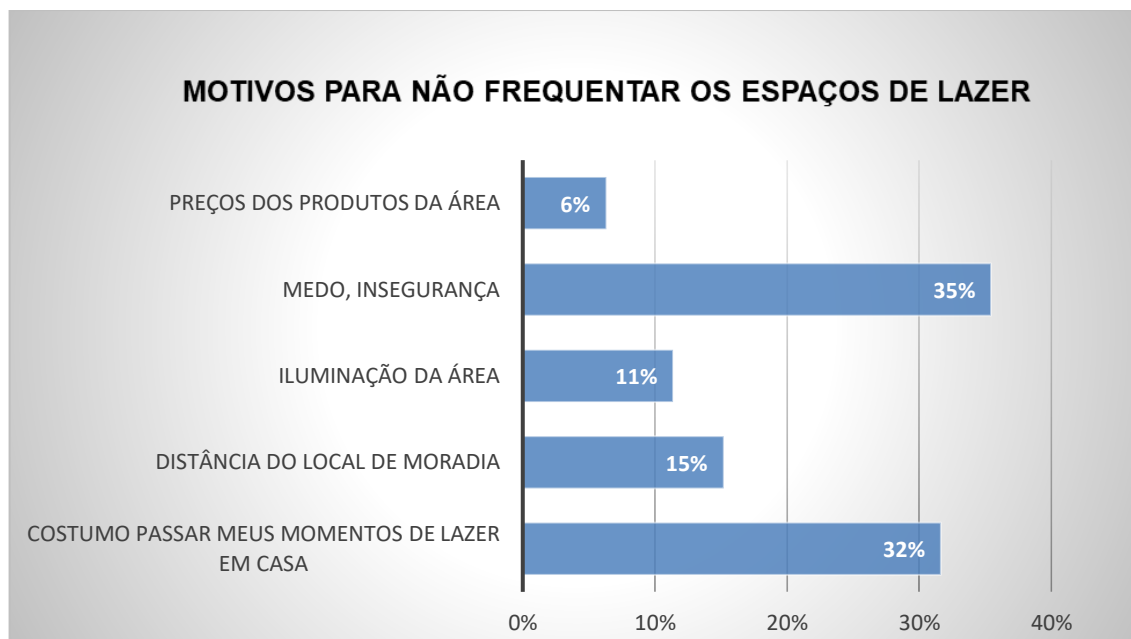
Com relação ao uso dos espaços de lazer pela comunidade (Gráfico 13), os dados demonstram que 67% dos colaboradores da pesquisa utilizam os espaços de lazer na cidade. Desse modo confirma-se com base na literatura investigada que os locais de lazer são importantes para as necessidades de convívio e de sociabilidade, ao tempo em que promovem a elevação da qualidade de vida dos cidadãos (NETO, 2018).

Gráfico 13: Uso dos espaços públicos para o lazer.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os informantes que indicaram não frequentar os espaços de lazer (Gráfico 14) apontaram como motivos principais os fatores relacionados ao medo, a insegurança (35%), seguido daqueles que preferem vivenciar o lazer doméstico (32%). Outros assinalaram a distância como o principal entrave ou barreira para a prática do lazer urbano (15%).

Gráfico 14: Motivos para não frequentar os espaços de lazer.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A sensação de medo e insegurança apontada pela maioria dos respondentes faz parte, na visão de Carvalho (2006), de uma tendência atual na qual os moradores sentem estranheza e medo em virtude dos espaços públicos não se revelarem locais agradáveis e seguros. O autor reforça ainda a necessidade de planejar as áreas com atividades que estejam de acordo com as demandas da população residente, além de aumentar a segurança pública nestes locais.

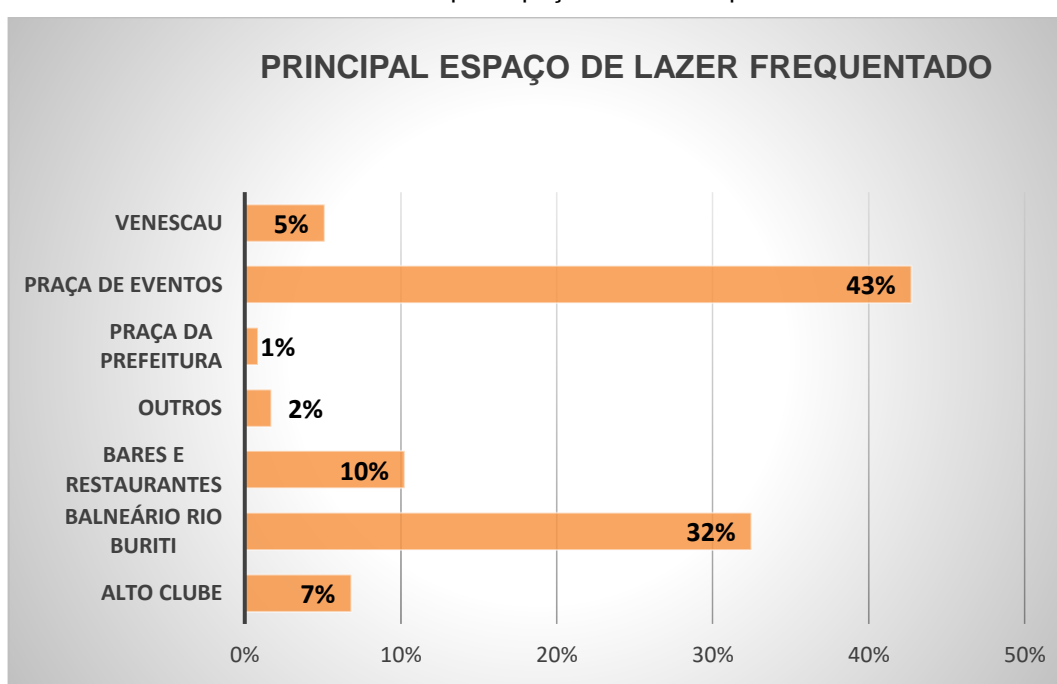
Com base nestas informações, entende-se que os espaços de lazer também são afetados com o processo de urbanização, além da degradação do espaço e a marginalização interfere na procura e acesso aos espaços públicos de lazer. Santos e Ortigoza (2017) consideram que a violência é um dos fatores que prejudicam o acesso aos espaços de lazer, fazendo com que as pessoas busquem outras alternativas ocasionando, então, uma busca reduzida pelos espaços públicos de lazer.

Nesse sentido, decorre a necessidade de se implementar ações no intuito de incorporar as comunidades socialmente marginalizadas na vivência do local a que pertencem, “[...] pensar ações de lazer na cidade como fator de desenvolvimento social é pensar na auto-organização da sociedade, proporcionando

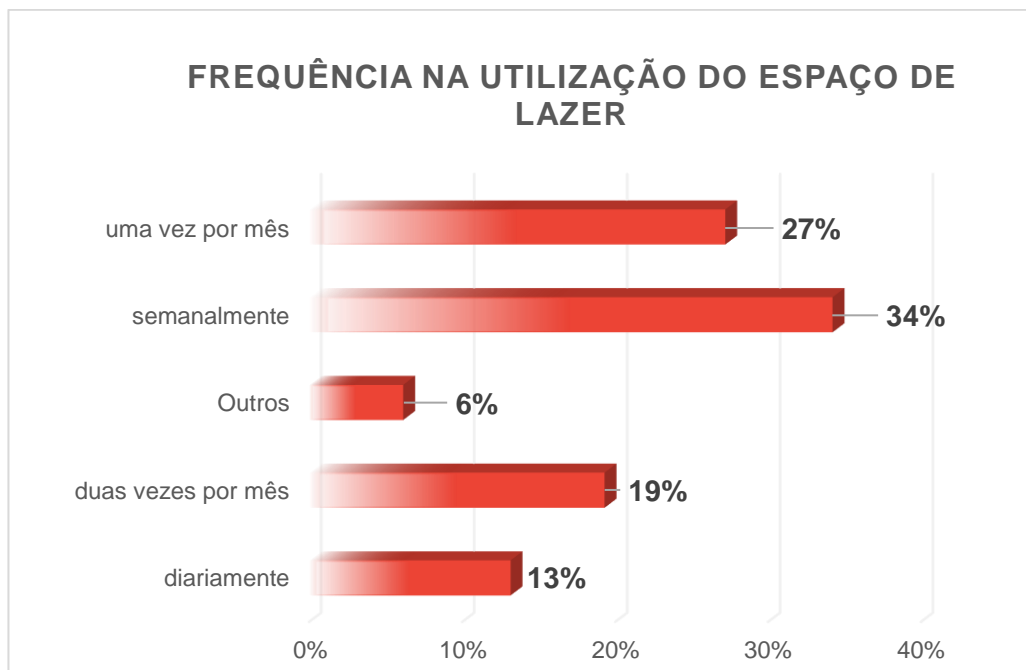
vida comunitária e qualidade de vida, com a presença do poder público mais próximo da comunidade” (SAWITZKI, 2012, p.12).

No entanto, alguns espaços de lazer são procurados pela população como demonstra o gráfico 15. Dentre eles, destacaram-se por ordem de preferência a praça de Eventos com 43%, o balneário Rio Buriti com 32% e em seguida os bares e restaurantes figuraram com 10%. Estes espaços são frequentados semanalmente pela maioria dos informantes (34%), conforme exposto no gráfico 16.

Gráfico 15: Principal espaço de lazer frequentado.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 16: Frequência na utilização do espaço de lazer.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

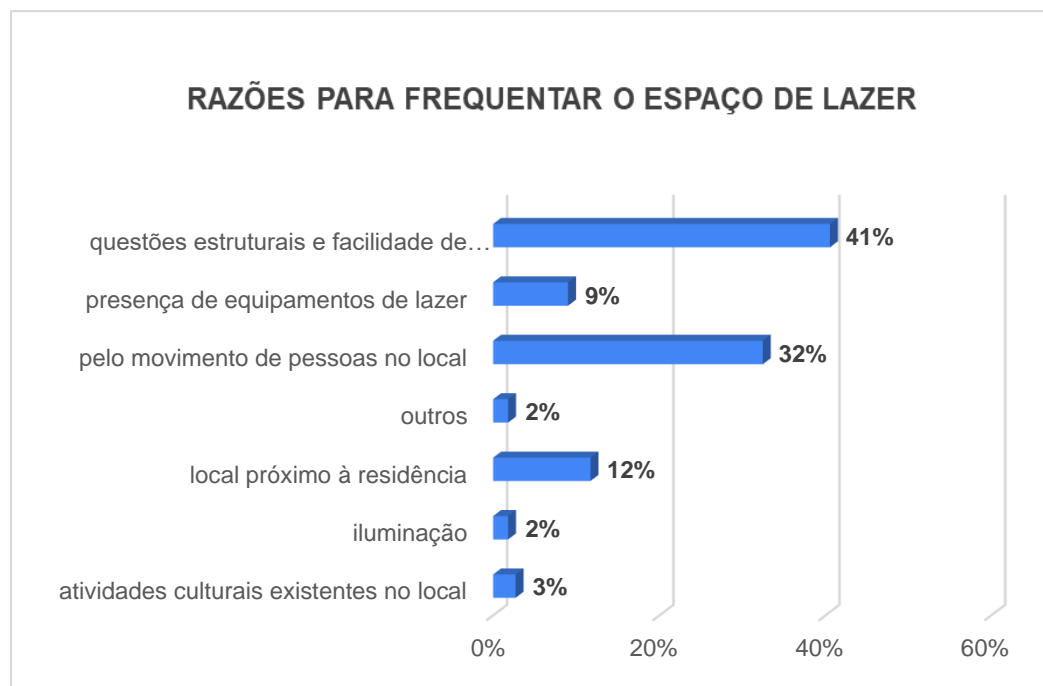
A atividade de lazer nos espaços públicos tem como função promover o bem estar social, qualificando o indivíduo através das práticas e das manifestações exercidas no espaço. Os espaços de lazer podem contemplar inúmeras atividades assim como o indivíduo pode praticar mais de uma atividade como demonstra o gráfico 17.

Segundo os informantes, as principais atividades de lazer desenvolvidas nesses espaços são atividades sociais e culturais (50%), incluindo a contemplação da paisagem, conversar com amigos, gastronomia e música, participação em atividades culturais, e conversas com amigos (23%). A contemplação e realização de atividades nos espaços públicos são compreendidas como uma necessidade básica, permitindo uma maior conservação, integração do convívio social e na elevação da qualidade de vida (CARDOSO *et al*, 2016).

Gráfico 17: Atividades realizadas nos espaços de lazer.

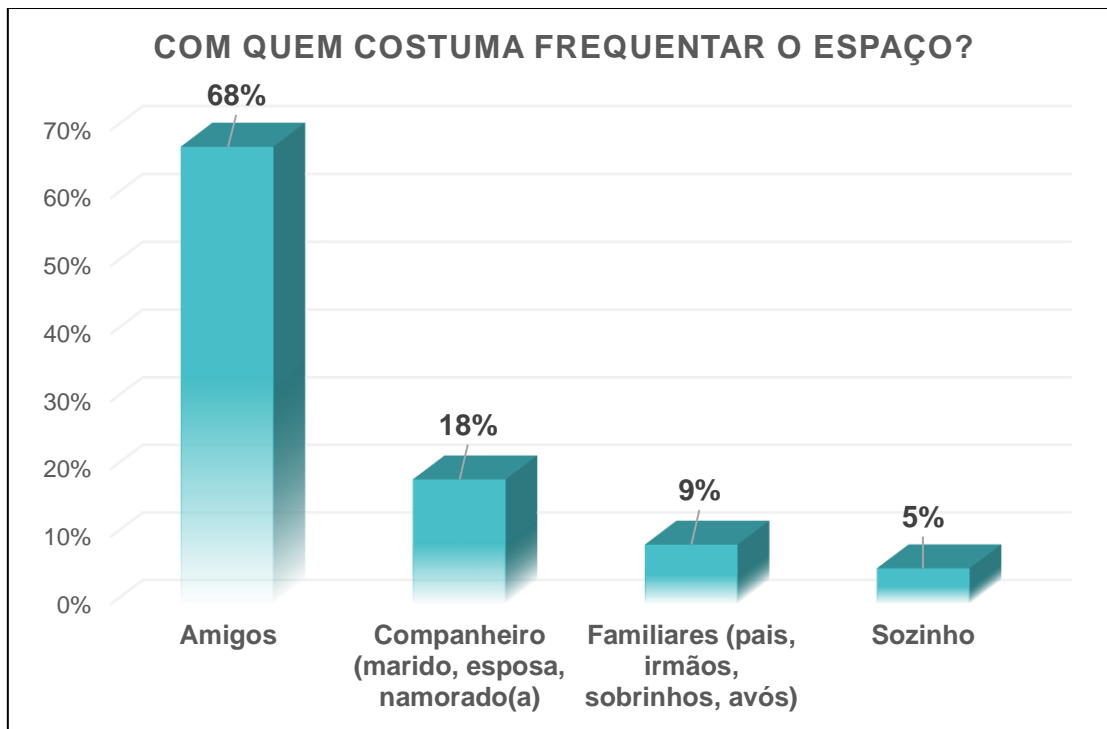
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quando questionados sobre as razões pelas quais utilizam os espaços de lazer, demonstrou-se que a parcela dos sujeitos da pesquisa identificou como razões principais as questões estruturais (iluminação, segurança) aliadas à facilidade de acesso (41%), pela movimentação de pessoas nos locais (32%) e somente por estar num local próximo a sua residência (12%), como evidencia o gráfico 18.

Gráfico 18: Razões para frequentar o espaço de lazer.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao seguinte questionamento “Com quem você costuma frequentar este espaço?” obteve-se as seguintes respostas: 68% dos informantes indicaram os amigos enquanto que 18% afirmaram compartilhar as suas vivências de lazer com o companheiro(a). (Gráfico 19).

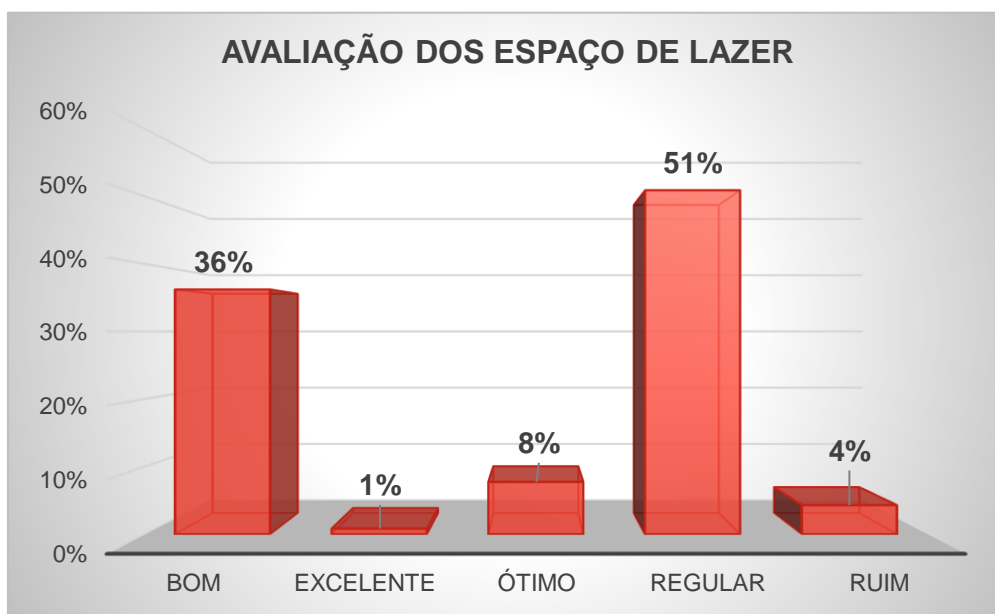
Gráfico 19: Com quem você costuma frequentar este espaço?

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Assim, constatou-se o predomínio da função social do lazer entre os entrevistados, à medida em que ele suscita práticas de sociabilidade e trocas culturais, conforme apontam Santos e Manolescu (2008, p.02):

As necessidades sociais incluem a necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos companheiros, de troca de amizade, de afeto e amor. Pode-se verificar então que o lazer se destaca nas necessidades sociais, pois ele proporciona ao cidadão momentos de descontração e socialização com outros indivíduos, principalmente em espaços como parques públicos, praças e até mesmo em espaços privados como um shopping.

No Gráfico 20 apresenta-se a avaliação dos espaços de lazer no tocante à sua infraestrutura, atendimento, localização e segurança. Como resultado, a maioria dos informantes (51%) considerou os espaços de lazer regulares, ou seja, nem todos os quesitos foram considerados satisfatórios.

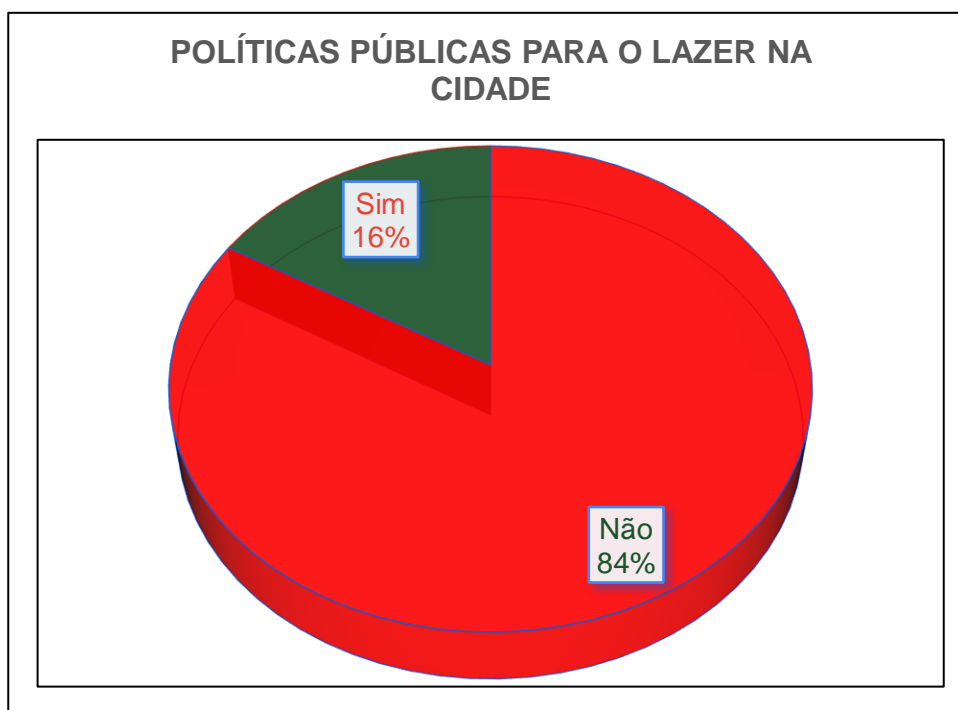
Gráfico 20: Avaliação dos espaços de lazer

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em complemento à questão anterior, solicitou-se que os moradores indicassem sugestões para otimizar e qualificar os espaços de lazer. A figura 8 apresenta algumas possibilidades de intervenção, com destaque para a melhoria do atendimento, iluminação, dotação de infraestrutura, segurança, limpeza. A apropriação dos espaços de lazer pela comunidade pressupõe que os mesmos disponham de condições estruturais que permitam o acesso, a permanência e a fruição por parte dos moradores. É o que enfatiza Marcellino (2008, p.19), quando argumenta que a “[...] ação democratizadora precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, ‘dessacralização’ e incentivo a utilização, com políticas específicas do patrimônio ambiental urbano”.

Diante da importância das políticas públicas de lazer, a pesquisa voltou-se para saber a opinião dos moradores sobre a gestão do lazer municipal (Gráfico 21). Na opinião de 84% dos respondentes não há políticas públicas que estimulem o lazer na cidade enquanto que 16% acenaram positivamente.

Gráfico 21: Existência de políticas públicas para o lazer na cidade.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao analisar as políticas públicas de lazer, Pellegrin (1996, p.38) constata que o campo do lazer “não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana”. Em concordância com este posicionamento, Neto (2018) complementa ainda que as políticas públicas de lazer visam assegurar o direito ao lazer no plano social e cultural de uma determinada comunidade e são indispensáveis para a qualidade de vida e bem-estar social.

Apesar dos moradores não terem considerado o lazer como uma prioridade da gestão pública municipal, 63% afirmaram já terem participado de alguma ação, projeto ou atividade relacionada ao lazer e 37% informaram que não se envolveram em qualquer iniciativa voltada à promoção do lazer (Gráfico 22).

Gráfico 22: Participação em algum projeto/ ação/ atividade de lazer promovida pelo setor público



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

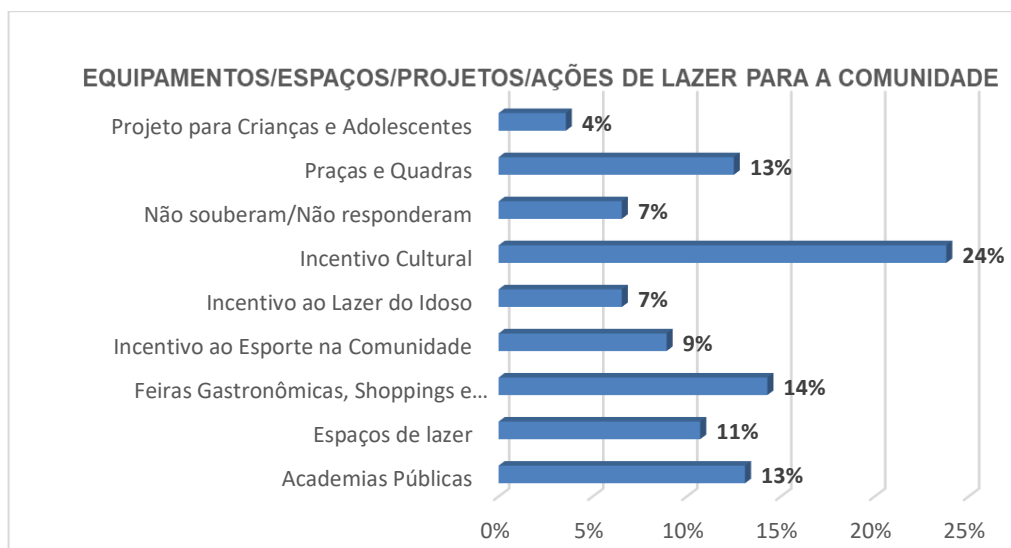
Entende-se que a formulação de propostas de articulação deve ser pensada a fim de se concretizar a educação pelo e para o lazer nos diferentes níveis de gestão, desde a esfera administrativa na qual são concebidas e efetivadas as políticas públicas de lazer, como nos demais espaços cotidianos, como as escolas municipais. Nesse sentido, o lazer será entendido como instrumento de fortalecimento cidadã e de autonomia comunitária e as políticas públicas de lazer como iniciativas voltadas para o exercício da criatividade e da criticidade dos diferentes atores sociais. Na visão de Mascarenhas (2005, p. 160) a perspectiva de democratização do lazer consiste em:

[...] Expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram poder econômico.

Assim, cabe às administrações municipais a proposição de estratégias que vislumbrem o crescimento e o desenvolvimento da comunidade através de equipamentos, projetos e ações que valorizam e estimulem o lazer como direito social e “atividades que envolvam a população e façam esta sentir-se pertencente a este espaço” (SANTOS e ORTIGOZA, 2017, p. 171).

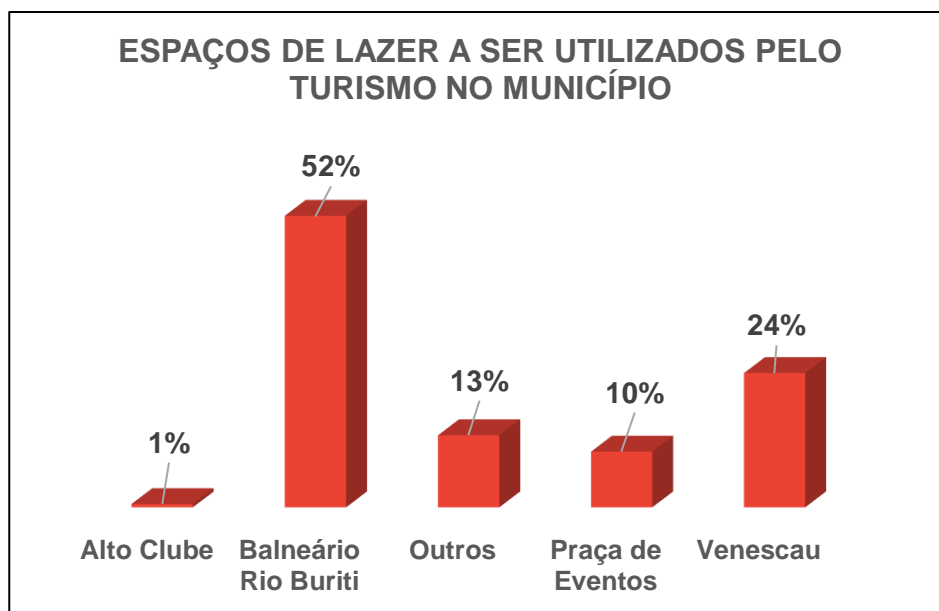
Seguindo esse direcionamento, indagou-se que tipo de equipamento/espço/projetos/ações de lazer poderia ser oferecido para a comunidade. O incentivo à cultura foi a principal ação apontada pela maioria dos respondentes (24%), em seguida, ideias como: feiras gastronômicas, shoppings e cervejarias, parques urbanos (14%), a revitalização/ampliação de praças e quadras e a implantação de academias públicas, ambos com 13% (Gráfico 23).

Gráfico 23: Equipamentos/ Espaços/ Projetos/ Ações de Lazer para a comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao serem solicitados para indicar um local de lazer para o potencial visitante, os moradores apontaram o Balneário Rio Buriti (52%), o Venescau (24%) e demais espaços de lazer da cidade, como: o Santo, Paróquia Santuário São Bernardo, trilhas e lanchonetes (13%).

Gráfico 24: Espaços de lazer a ser utilizados pelo turismo no município.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A atividade turística beneficia os espaços urbanos contribuindo para a sua revitalização. A longo prazo, a associação entre turismo e lazer tende a incentivar processos de identificação e sentimentos de afetividade dos moradores em relação ao seu patrimônio urbano, contribuindo para materialização do lazer como direito social. Desse modo, faz-se necessária uma aproximação entre o planejamento urbano municipal e as ações de desenvolvimento turístico de modo a compatibilizar os diferentes usos dos espaços de vivência e convivência sociocultural.

Ressalta-se ainda que o planejamento do turismo deve ser concebido em nível de interdependência e integração entre os diversos setores da administração pública, com a criação de cenários que atendam aos interesses e expectativas dos mais diversos grupos sociais, além de ampliar a percepção dos moradores sobre a importância dos espaços urbanos e seus elementos na formação da identidade local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é uma construção social que materializa o viver em sociedade: ruas, praças, parques, logradouros, são marcos que simbolizam o cotidiano, as funções que a cidade possui para aqueles que a habitam e também representam os aspectos culturais de uma comunidade. Quando apropriado de forma material e simbólica para as práticas de lazer, o espaço urbano adquire a função de suporte das relações de afetividade, do desenvolvimento pessoal e comunitário. Os espaços de lazer são locais de convivência, de reciprocidade, nas quais os diversos grupos sociais podem desempenhar atividades prazerosas e descompromissadas.

O lazer é um direito do cidadão e suas intervenções perante a comunidade é compreendida como uma integração de percepções distintas, que objetivam a valorização e conservação do convívio social, através de atividades que qualifiquem o modo de viver e as relações interpessoais, na consistência de compreender as necessidades da população. No Brasil, as intervenções do lazer na sociedade são compreendidas no âmbito político através da Constituição Federal de 1988, intensificando que os direitos sociais se objetivam diante das ações, dos privilégios e do exercício de inclusão para o bem estar essencial ao cidadão.

O lazer no espaço público influencia na dinâmica social, com o intuito de fornecer um fortalecimento nas relações do indivíduo em ambientes que estão voltados ao lazer, na materialização de uma dinâmica sociocultural, que se manifesta através das necessidades e dos direitos sociais. Os espaços urbanos são resultados da acumulação de esforços de uma ou várias gerações na elaboração de uma sociedade que se expressa pelo modo de construir, mas onde, também, estão imbricadas sua maneira de viver, de relacionar-se com os seus pares e com o ambiente que a cerca.

Neles a comunidade realiza diversas experiências, dentre as quais destaca-se o lazer como objeto privilegiado de estudo. O lazer como expressão humana revela aspectos da realidade e das dinâmicas sociais, sobretudo quando se observam as práticas desenvolvidas nos espaços públicos, tais como as praças, as ruas e os centros culturais.

Os espaços de lazer são escolhas da sociedade, na possibilidade de contemplação e afirmação do espaço, sendo como uma interrelação que vai além do descanso e se compreende no desenvolvimento pessoal e social, seja por meio das

práticas de exercícios físicos ou pela busca de atividades confortáveis e que não estejam em ligação direta com o trabalho exercido no decorrer dos dias.

Nestes espaços, a comunidade estabelece relações significativas com o tecido urbano. Tais significações são importantes para entender a função que o lazer ocupa nas sociedades, não apenas como momento afastado do trabalho, mas como cultura que se vivencia por meio de um mosaico diversificado de interesses. Dentre eles, evidencia-se o turismo como prática social e espacial que possui uma relação dinâmica e dialética com o fenômeno do lazer.

O rico e diversificado universo do lazer no espaço urbano foi o objeto de estudo proposto e o município de São Bernardo, Maranhão, o local de realização da pesquisa. Nossa problemática voltou-se para conhecer a opinião dos moradores sobre os espaços de lazer, identificar as diferentes formas de uso e apropriação dos espaços urbanos pela comunidade no seu tempo de não-trabalho e relacionar espaço urbano, lazer e turismo com vistas a uma aproximação entre estes dois fenômenos.

Para cumprir estes objetivos, empreendeu-se a pesquisa em duas fases: a primeira, de caráter exploratório, consistiu numa pesquisa bibliográfica sobre os temas lazer, lazer e espaço urbano, lazer e turismo e políticas públicas de lazer, com o objetivo de construir o arcabouço teórico necessário para se pensar as relações dos moradores de São Bernardo com a cidade e as práticas de lazer que eles vivenciam em seu tempo livre. A segunda fase, com enfoque qualitativo e quantitativo, deu-se em campo, com a aplicação de questionários no formato presencial e virtual e com observações sistemáticas sobre os espaços de lazer da cidade.

Na primeira seção do trabalho abordou-se o lazer na sua dimensão histórica, situando-o no bojo das conquistas da classe trabalhadora. O diálogo entre o lazer e o turismo foi o foco do segundo capítulo, o qual também discutiu os conceitos de espaço e espaço urbano, as barreiras para o lazer e a necessidade de políticas públicas que promovam a educação pelo e para o lazer.

No terceiro capítulo apresentou-se os resultados da pesquisa de campo. Inicia-se com a caracterização do local de estudo e dos espaços de lazer existentes na sede municipal de São Bernardo, destacando as formas de uso e aproveitamento destes locais pela comunidade. Em seguida, passou-se a analisar a forma como a

comunidade compreende o lazer, as práticas de lazer comumente realizadas e a relação dos moradores com os espaços públicos e o seu potencial turístico.

De acordo com as informações coletadas, os participantes da pesquisa manifestaram uma percepção restrita sobre o lazer, associando-o à fuga do cotidiano, ao descanso e ao relaxamento, não observando o aspecto lúdico, educacional do lazer e os demais aspectos que ele contempla. Em se tratando do lazer na cidade, evidenciou-se que os espaços de lazer existentes na sede municipal são apropriados de diferentes formas pela comunidade – de atividades esportivas, sociais, até as artístico-culturais – e são frequentados por um público de diferentes faixas etárias. A praça de Eventos e o Balneário Rio Buriti foram os principais espaços de lazer apropriados pela comunidade com destaque para as atividades físicas e sociais.

No tocante aos entraves ou barreiras para o uso dos espaços de lazer, os informantes assinalaram questões como o medo e a insegurança, além de aspectos estruturais como a iluminação e a qualidade no atendimento. Ainda, constatou-se que os espaços de lazer não suprem as demandas da comunidade, sendo necessárias ações de revitalização de áreas para ampliar os equipamentos específicos e os espaços públicos de lazer para a comunidade.

Apesar de aproveitarem os espaços de lazer para vivências diversificadas, chamou a atenção o fato de que os moradores não possuem uma relação de afetividade com o espaço urbano de São Bernardo, na medida em que a maioria dos informantes afirmou que os espaços de lazer não guardam relação com a memória e a história do lugar e não são convidativos para práticas de sociabilidade. Essa constatação leva a refletir sobre a necessidade de projetos e ações voltados à educação patrimonial com vistas a favorecer o sentimento de pertencimento dos moradores em relação ao espaço urbano.

Outro resultado importante do estudo refere-se à relação entre espaço urbano e turismo. Os dados demonstraram que os informantes da pesquisa não identificam potencial turístico dos locais de lazer. Isso significa que os moradores ainda possuem uma visão fragmentada sobre a importância do turismo na dinamização econômica dos lugares, no fortalecimento da cultura e na valorização dos espaços comunitários.

Diante do cenário esboçado, os resultados do estudo apontam que os espaços de lazer não fazem parte de políticas públicas sistemáticas que

materializem o lazer como direito social para a comunidade bernardense. Evidenciou-se a necessidade também de ampliar o diálogo com a atividade turística, considerando que a longo prazo o turismo poderá trazer benefícios econômicos e sociais para a cidade.

Apesar do momento pandêmico vivenciado e de algumas dificuldades na aplicação dos questionários, a pesquisa alcançou os objetivos propostos, ao tempo em que suscitou reflexões em torno da democratização do lazer que podem originar novos estudos. Dentre eles, a análise sobre as políticas municipais de lazer e a participação comunitária no processo, a oferta de lazer no meio rural de São Bernardo e o mercado de atuação do profissional de lazer em São Bernardo podem ser alvos de abordagens para futuros pesquisadores.

Por fim, espera-se que a pesquisa contribua para a gestão do lazer no município de São Bernardo, estimulando entre os gestores públicos, a iniciativa privada e a comunidade local o desenvolvimento de ações em prol da ampliação e melhoria dos espaços de lazer existentes, elaboração e execução de projetos de esporte e lazer. Entende-se que o lazer é um direito social que deve ser vinculado em todas as instâncias como veículo de educação, aprendizado, bem-estar e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALVARO, Ana Lúcia Pinto do Nascimento. Reflexões sobre o espaço das cidades: organizando uma base teórica para proposta de reestruturação urbana pautada no espaço público. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 18., Natal, RN. **Anais Eletrônicos** [...]. Natal, RN. 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1176>. Acesso em: 28 maio. 2020.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho**. Revista Mal-Estar e Subjetividade. vol. 7, nº 2, p. 479 – 500, Fortaleza/CE, set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/13.pdf>. Acesso: 09 fev. 2020.

BRANDÃO, Eduardo. **Desafios do novo Plano Diretor de Belém (PA) e a região insular do município**. In: VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G.; LADISLAU, E. (org). O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2009.

BARBOSA, Talita Prado; SILVA, Odair Vieira da. **Origens e significados do lazer**. Revista Científica Eletrônica de Turismo: Garça – SP. Ano VIII, n. 14, jan. 2011. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/S8APKY2XpWzS5yC_2013-5-23-16-28-57.pdf. Acesso: 05 fev. 2020.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13ª ed. rev. atual. Campinas, SP: Papirus, 2014.
BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, Celar/UFMG, v.1, n.1, p. 09-17, set. 1998.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 90, de 15 de Setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Brasília, DF: **Presidência da República**, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Lei 5788/90. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

CAMARGO, Laura Alice Rinaldi. Lazer, Turismo e Cultura. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 28., Florianópolis – SC. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis – SC, 2015.

CARAVELAS, D. C.; BAHIA, M. Lazer e espaços públicos: a visão dos cidadãos de vila dos cabanos em Barcarena–PA. **Revista Corpo consciência**, v. 14, n. 1, p. 21-34, 2010.

CARDOSO, Ana Cláudia.; GOMES, Tayara do Vale; MELO, Ana Carolina Campos de; BIBAS, Luna. **Quando o projeto disfarça o plano**: o exemplo de construção de agenda de planejamento urbano e metropolitano em Belém (PA). In: XVII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2016.

CASELLE, Renan Yamamoto; COSTA, Rivaldo da Silva. **A importância do lazer no desenvolvimento do programa escola da família**. Lins, SP. 2007. Disponível em: <http://www.unisaesiano.edu.br/biblioteca/monografias/34844.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CASTRO, Vandacy da Silva; CASTRO, Cleber Augusto Trindade. **A Gestão Pública do Lazer em espaços públicos urbanos**: Um estudo de caso da praça do operário, no município de Breves-PA. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 139-158, set/dez. 2015.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo, Organização e Reconstrução do Espaço Urbano Contemporâneo**. Revista Rosa dos Ventos, v. 5, n. 3, p. 381-389, Caxias do Sul – RS, 2013. Disponível: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2241/pdf_156. Acesso: 22 maio. 2020.

CÊGA, Anderson; TAVARES, Guilherme. **História do Direito do Trabalho no Mundo Ocidental**. Revista Científica Eletrônica do Curso de Direito, ano I, nº 1, Garça/SP: jan. 2012. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/p569POMAGJRgk2n_2013-4-24-11-42-16.pdf. Acesso: 06 fev. 2020.

CORBIN, Alain. Do lazer culto à classe do lazer. In: _____. **História dos Tempos Livres**. O advento do lazer. (Tradução de Telma Costa). Lisboa/Portugal: Teorema, 2001, p. 59-90.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Quem produz o espaço urbano?** In: _____. Espaço Urbano. São Paulo – SP: Ática, 2004.

CORREIA, Henrique. **Resumo de Direito do Trabalho**. Editora JusPodivm: Salvador, 2018.

CUSTODIO, Mariana Lopes *et al.* **O Lazer e o reino da Liberdade**: Reflexões a partir da Ontologia do ser social. Licere: Belo Horizonte, v. 12, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/839/638/3539>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CUNHA, Rita Dione Araújo. **Os espaços públicos abertos e as leis de uso e ocupação do solo: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis**. III Enecs - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. 2003.

CRUZ, Manoel Luís Martins da. **Políticas Públicas de Lazer**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 1, n.1, 1999. Disponível em:

<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1310/1121/2114>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. **Espaço urbano, produção do espaço e segregação socioespacial**: o espaço urbano capitalista e o caso de Marília / SP. Revista LEVS/UNESP-Marília, Marília, SP: ano 2014, ed. 14, novembro/2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/4210/3070>. Acesso: 25 maio 2020.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003. 245 p.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FARIAS, Kássia; MEGUIS, Thiliane. Lazer e turismo: o olhar dos adolescentes do pro paz nos Bairros. FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU. 9., 2015, Foz do Iguaçu, RS. **Anais Eletrônicos** [...]. Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <http://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2015/12/4.-Lazer-e-Turismo-O-Olhar-dos-Adolescentes-do-PROPAZ-nos-Bairros.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2020.

FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F> F.; NOBREGA, W. R. M. (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 11-37.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Lazer, Turismo e Espaço Urbano**: a reconversão portuária na cidade de Santa Fé, Argentina. Turismo em Análise, São Paulo, vol. 27, n. 2, p. 299-322, agosto, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/download/99229/117559/223841>. Acesso em: 22 maio 2020.

GARCIAS, Carlos Mello; BERNARDI, Jorge Luiz. **As funções sociais da cidade**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia. Curitiba – PR, vol. 4, 2008. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/48/47>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GOMES, Christianne Luce. Lazer Urbano, Contemporaneidade e Educação Das Sensibilidades. **Itinerarium**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-18, 2008. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/view/204>. Acesso em: 03 fev. 2020.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, turismo e inclusão social**: Intervenção com idosos. Editora UFMG. Belo Horizonte: 2010.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (orgs.), **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015, 234 pp.

GOMES, Christianne Luce; PINTO, Leila. O lazer no Brasil. Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christianne et al. (Org.). **Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamérica**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul/dez. 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcântara et al. **Políticas Públicas de esporte e lazer na cidade do Rio Grande**. Salisgraf, Rio Grande – RS, 2009.

KICH, N. C; MARONEZE, L. A. G. Celebrar para preservar: a Festa da Colônia de Gramado. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**. Duque de Caxias, v. 9, n. 2, p. 136-153, 2015.

KISHIGAMI, Flavio Daiji. Políticas públicas: lazer e turismo como instrumento de inserção social de travestis e transexuais em vulnerabilidade social. **Dissertação** (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2019.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LACERDA, Leonardo Lincoln Leite de. **Interface turismo-lazer: encontros e desencontros**. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4., 2007, São Paulo. **Anais Eletrônicos [...]** São Paulo: Aleph, 2007. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/4/150.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. (do original: La production de l'espace). 4^oed. Paris: Éditions Anthropos, 476p. 2000.

LOPES, Ana Carolina Mattoso, **O direito social em perspectiva crítica: desigualdades e democratização do acesso**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31968/31968.PDF>. Acesso em 04 fev. 2020.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p.105-130.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Estudo do lazer**: uma introdução. Campinas: Ed. Autores Associados, 2006;

MARCELLINO. Nelson Carvalho. (Org.) **Lazer e Sociedade**: Múltiplas relações. Campinas/SP: Alínea: p. 11-26, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. **As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer**. Impulso, Piracicaba – SP, v. 17, p. 55-66, 2006. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer/at_download/file. Acesso em: 15 maio 2020.

MASCARENHAS, Fernando. **Políticas sociais, lazer e educação**: apontamentos para uma pedagogia crítica. Revista Corpoconsciência, Santo André, vol. 11, n. 2, p. 02-09, jul/dez. 2007.

MARQUES, Andrea Maria de Senna; CERQUEIRA, Eliziane Gomes Cardoso. **Ócio criativo e trabalho contemporâneo**: Um difícil caminho para satisfação no Trabalho. Estação Científica: nº 17, Juiz de Fora/MG, jan-jun/2017. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/3728710/%C3%B3cio-criativo-um-caminho-para-satisfa%C3%A7%C3%A3o-no-trabalho.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2020.

MARUJO, N. **O contributo do turismo de ventos para o desenvolvimento turístico de uma região**. Universidade de Évora/IGOT-CEG, Portugal, 2015.
MATOS, Fátima Loureiro de. **Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades – O caso da cidade Porto**. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, Uberlândia, MG: v. 2, n. 4, p. 17 -33, jul. 2010. Disponível em: http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n4/Espacos_publicos.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

MELO, Victor Andrade de; ALV ES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao Lazer**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

MENOIA, Thelma Regina Marinalva. **Lazer**: história, conceitos e definições. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Recreação e Lazer) – Universidade de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000325119>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MOREIRA, Helion França. **O Plano Diretor e as funções sociais da cidade**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15713/1/helion.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MURTA, Rachel Sant'Anna. A transformação do espaço urbano em função do turismo. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos** [...]. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/15.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

NETO SOARES, Raimundo Nonato de Araujo. **A importância do lazer no contexto social:** Elementos para o Desenvolvimento e Consolidação de Políticas Públicas. Mediação, Pires do Rio – GO, v. 11, n. 1, p. 96 – 111, jan-jun. 2018.

PANOSSO NETO, Alexandre. **O que é Turismo.** Brasiliense, São Paulo: 127 p, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335280091_A_teor%C3%ADa_do_turismo_e_os_conceitos_fundamentais. Acesso em: 10 maio 2020.

PELLEGRIN, A. de. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer:** o papel das prefeituras, 1996.

PEREIRA, Marcela Andresa Semeghini. Direito ao lazer e legislação vigente no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, Santa Maria, RS, v. 4, n. 2, p. 01-17, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/7030/4248>. Acesso em: 10 fev. 2020.

POLATO, Thelma Hoehne Peres. **Lazer e Trabalho:** algumas reflexões a partir da ontologia do ser social. Motrivivência. Ano XV, nº 20 – 21, p. 139-162, Mar/Dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/917/4147>. Acesso em: 04 fev. 2020.

RAMOS, Simone Eloisa Villanueva de Castro; GANDARA, José Manoel Gandara. SEMINARIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5,. 2008, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos** [...]. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/15.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

RIBEIRO, Ronei Plácido. **Direitos sociais na Constituição de 1988 e sua efetividade jurisdicional.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, Cacoal/RO, 2016.

RUSSELL, Bertrand. **O Elogio ao Ócio.** Sextante: Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Dalva de Cássia Sampaio dos. O lazer no plano diretor das metrópoles amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente, Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, 2010.

SANTOS, Ana Carolina M. Figueira dos.; MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner. **A importância do espaço para o lazer em uma cidade.** ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12., ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO – UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 8., 2009, São José dos Campos, SP. **Anais Eletrônicos** [...] São José dos Campos – SP, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 260p. 2006.

SANTOS, Tatiana Néri de Aguiar dos.; GOMES, Christianne Luce. **Interfaces Lazer-Turismo: Um Estado de Conhecimento**. Rosas dos Ventos, vol. 8, nº 4, Caxias do Sul – RS, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4735/473552031024/473552031024.pdf>. Acesso: 11 maio. 2020.

SANTOS, Tatiana Néri de Aguiar dos. Interface entre lazer e turismo em teses e dissertações brasileiras: estado do conhecimento (2009-2015). **Mestrado** (Dissertação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. 2016. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Tatiana%20Neri%20de%20Aguiar%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

SANTOS, Laudenides Pontes dos.; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **A realidade socioespacial dos espaços públicos de lazer em Teresina – PI: utilização e conservação**. Sociedade e Território, Natal – RN, vol. 29, n. 2, p. 154-174, jul/dez, 2017.

SANTANA, Renata Lais Ferreira de.; ALVES, Josemery de Araújo. **Apropriação e uso dos espaços de lazer da população currais-novense**. Licere, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, set/2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/977/753/3840>. Acesso: 18 ago. 2021.

SAWITZKI, R. L. Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=31>. Acesso em: 20. ago. 2021.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Os direitos sociais como direitos fundamentais e a Judicialização de políticas: Algumas considerações**. Revista da AJURIS: Porto Alegre, v. 43, nº 141, dez. 2016.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 120-156.

SERPA, Ângelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 207p., 2009,

SILVA, Emília Amélia Pinto Costa da et al. Políticas Públicas de Lazer: Discutindo espaços e equipamentos nas comunidades de Bairro de Campina Grande/PB. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16,. CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3,. 2009, Salvador, BA. **Anais Eletrônicos [...]**. Salvador – BA, 2009.

SIMÕES, Paulo. O turismo e o lazer na cultura de consumo: impactos nas variáveis do tempo e no espaço. In: LOURENÇO L (Org.). **Geografia, Cultura e Riscos**. Coimbra, 2016: Imprensa da Universidade de Coimbra.153-165p. Disponível em: <https://www.riscos.pt/wpcontent/uploads/2018/SRC_IV/SRC_IV_artigo06.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

SOUZA, Tatiana Roberta de. Lazer e Turismo: Reflexões sobre suas Interfaces. SEMINARIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 6., 2010. Caxias do Sul, RS. **Anais Eletrônicos** [...] Caxias do Sul, RS, 2010.

SORIANO, Ana Gabriela Wanderley. O Espaço Público e a Cidade Contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção. **Mestrado** (Dissertação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8830/1/sorianoparte1.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Revista AATR, Salvador, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO PARA CONHECER A OPINIÃO DOS
MORADORES SOBRE O LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE SÃO
BERNARDO, MARANHÃO.

Olá, estou desenvolvendo uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/São Bernardo), com o objetivo de conhecer a visão dos moradores sobre o lazer, as atividades de lazer desenvolvidas e a opinião sobre os espaços de lazer existentes. Gostaria de contar com a sua colaboração, respondendo às questões abaixo:

1. Faixa etária

- entre 18 e 25 anos
- entre 26 e 40 anos
- entre 41 e 60 anos
- acima dos 60 anos

2. Sexo: feminino masculino

3. Escolaridade

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

4. Renda familiar

- Não possui renda fixa
- Até 1 salário mínimo
- 1 a 3 salários mínimos
- Acima de 3 salários mínimos

5. Profissão: _____

6. Há quanto tempo mora em São Bernardo?

- () Menos de 1 ano
- () 2 a 5 anos
- () 5 a 10 anos
- () Acima de 10 anos

7. Para você, o que é lazer?

8. Considera o lazer importante? Por que?

9. Quais atividades você costuma realizar no seu tempo livre?

- () Descansar
- () Acessar as redes sociais (facebook, youtube, instagram, whatsapp)
- () Leitura de livros e participação em cursos, palestras
- () Assistir tv (sérios, novelas, filmes, shows, programas diversos)
- () Praticar atividades físicas (caminhadas, passeios de bicicleta, esportes, exercícios físicos ao ar livre ou nas academias)
- () Realizar atividades manuais (jardinagem, artesanato)
- () Conversar/sair com os amigos (ir a festas, bares, restaurantes)
- () Viajar para conhecer outros lugares
- () Participar de eventos/atividades culturais na cidade ou em outros municípios
- () Outros: _____

10. Dê a sua opinião em relação às seguintes afirmativas:

Afirmativas	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo totalmente
a) O município possui espaços de lazer suficientes para atender à comunidade.			
b) São Bernardo é uma cidade que privilegia a convivência nos espaços públicos.			
c) Os espaços públicos de lazer retratam a história da cidade e trazem recordações e lembranças para os moradores.			
d) A realização de eventos (festas, shows, feiras populares) e de projetos é importante para o lazer do morador.			
e) Existem espaços públicos com potencial turístico na cidade.			

11. No seu tempo livre, costuma frequentar os espaços de lazer da cidade (ruas, praças, clubes)? () Sim () Não

11.1 **Em caso negativo**, indique as razões de não frequentar os espaços de lazer da cidade:

- () Distância do local de moradia
- () Iluminação da área
- () Medo, insegurança
- () Preços dos produtos da área
- () Dificuldade de acesso (sou pessoa com deficiência)
- () Costumo passar meus momentos de lazer em casa
- () Outro: _____

11.2. **Caso positivo**, qual o principal espaço de lazer que você utiliza em São Bernardo?

- () Praça de Eventos
- () Alto Clube
- () Venescau
- () Balneário Rio Buriti
- () Bares e restaurantes

() Outro: _____

11.2 Com que frequência você utiliza este espaço de lazer?

() Diariamente () Semanalmente () Uma vez por mês () duas vezes por mês () outro: _____

11.3 Quais atividades você costuma realizar nesse espaço de lazer?

- () Contemplação da paisagem
- () Caminhada, corrida, alongamento
- () Atividades esportivas (futebol, vôlei)
- () Gastronomia e música (bares e restaurantes)
- () Conversa com os amigos
- () Participação em atividades culturais (shows, festas)
- () Outros: _____

11.4 Indique as razões pelas quais você utiliza este espaço de lazer:

- () Local próximo à residência
- () Segurança
- () Iluminação
- () Atividades culturais existentes no local
- () Presença de equipamentos de lazer (aparelhos de ginástica, quadra de futebol, rampas, bares, restaurantes)
- () preço dos produtos da área
- () Pelo comércio no entorno
- () Pelo movimento de pessoas no local
- () Outro: _____

11.5 Com quem você costuma frequentar este espaço?

() Sozinho () Amigos () Companheiro (marido, esposa, namorado) () Familiares (pais, irmãos, sobrinhos, avós)

11.6 Como você avalia este espaço de lazer: () ruim () regular () bom () ótimo () excelente

11.6.2 O que poderia ser melhorado neste espaço?

12. na sua opinião, há políticas públicas que incentivam o lazer na cidade?

sim Não

12.1 Em caso positivo, já participou de algum projeto/ação/atividade de lazer promovida pelo setor público local?

Não sim. Qual? _____

13. Que tipo de equipamento/espaço/projetos/ações de lazer poderia ser oferecido para o lazer da comunidade?

14. Considerando que os espaços de lazer também podem ser utilizados para o turismo, qual espaço de lazer você indicaria para um visitante?

Praça de Eventos

Alto Clube

Venescau

Balneário Rio Buriti

Outro: _____

APÊNDICE B- ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LAZER- SÃO
BERNARDO (MA)

ESPAÇO DE LAZER 1 _____ **Horário de observação:** _____

A) PERFIL

ENDEREÇO:

HISTÓRICO DO LOCAL:

DATA EM QUE FOI INAUGURADO:

PÚBLICO () PRIVADO ()

RESPONSÁVEL PELO LOCAL: PREFEITURA () PRIVADO ()

B) CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

Descrição detalhada e quantificação dos equipamentos disponíveis (exemplo: uma quadra poliesportiva de cimento, pintada de verde com linhas brancas, sem rede, em espaço aberto, sem grades ao redor e com 5 bancos de madeira em volta, equipamentos para atividades físicas,), o entorno do local (se tem comércio), atividades culturais e outras coisas que forem consideradas relevantes

Condições: Se o local é limpo, se há segurança, iluminação e manutenção dos equipamentos. Se o espaço é acessível para portador de necessidades especiais

Banheiros: Se há banheiros, qual a quantidade, a localização e manutenção/limpeza.

c) APROPRIAÇÃO

Faixa etária / Sexo: Qual a faixa etária e o sexo que mais utiliza o espaço.

Formas de apropriação: Quais as práticas de lazer observadas no local.